

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI**  
**2021–2025**



**SOCIOLOGIA  
E POLÍTICA**  
ESCOLA DE  
HUMANIDADES



## **Conselho Superior**

Ubiratan de Paula Santos (Presidente)  
Pedro Luiz Guerra (Vice-Presidente)  
Francisco Aparecido Cordão (Vice-Presidente)  
Jose Carlos Quintela de Carvalho (Vice-Presidente)  
Vicente Carlos Y Plá Trevas (Secretário)  
Aluísio Almeida Schumacher  
Amarilis Prado Sardemberg  
Aparecida Neri de Souza  
Claudio José de França e Silva  
José Castilho Marques Neto  
Juliana Scarcelli de Agostino  
Rodolfo Gamberini

## **Diretoria Executiva**

Angelo Del Vecchio (Diretor Geral)  
Romeu Nami Garibe (Vice-Diretor Geral)  
Elci Pimenta Freire (Diretor Tesoureiro)  
Laís da Costa Manso N. de Araújo (Secretária Geral)

## **Área Acadêmica**

Eduardo Santos (Diretor Acadêmico)  
Carla Regina Mota Alonso Diéguez (Coordenadora do curso de Sociologia e Política)  
Douglas Murilo Siqueira (Coordenador do curso de Administração)  
Valéria Martin Valls (Coordenadora do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação)  
Moisés da Silva Marques (Coordenador de Pós-Graduação)  
Maria Rosa Crespo (Coordenadora de Pesquisa e Extensão)

## **Área de Projetos**

Maria Cristina Barboza (Diretora Adjunta)

## **Área de Comunicação**

Marco Antonio Piva (Diretor Adjunto)





## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>1. PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>	<b>7</b>
1.1 Breve Histórico da Escola .....	7
1.2 Missão e princípios .....	8
1.3 Visão .....	9
1.4 Valores.....	10
1.5 Área de Atuação Acadêmica e Territorial.....	10
1.5.1 Relação dos Cursos e Programas Existentes.....	11
1.5.2 Programas e Projetos Institucionais .....	13
1.6 Política de Gestão Institucional .....	16
1.7 Programa Sociologia e Política do Futuro.....	17
1.7.1 Objetivos.....	17
<b>2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA.....</b>	<b>21</b>
2.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma.....	21
2.2 Órgãos Normativos, consultivos e deliberativos .....	23
2.2.1 Conselho Acadêmico .....	23
2.2.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	24
2.2.3 Colegiado de Curso .....	28
2.2.4 Núcleo Docente Estruturante .....	29
2.3 Órgãos Deliberativo-Executivos .....	30
2.3.1 Diretoria Acadêmica .....	30
2.3.2 Coordenação de Curso.....	31
2.3.3 Coordenação de Pesquisa e Extensão .....	32
2.3.4 Coordenação de Pós-Graduação .....	33
2.4 Órgãos de Serviços Técnico-Administrativos .....	33
<b>3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>36</b>
3.1 Princípios Filosóficos e Metodológicos.....	36
3.2 Concepções Referenciais do Projeto Pedagógico Institucional.....	37
3.3 Inserção Regional .....	39
3.4 Política de Ensino.....	39
3.4.1 Graduação.....	39





3.4.2 Pós-graduação .....	41
3.4.3 Editora Sociologia e Política.....	41
3.4.4 Secretaria Acadêmica .....	42
3.4.5 Biblioteca .....	43
3.4.6 Política de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural .....	45
3.4.7 Política para Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial .....	46
3.5 Política de Educação a Distância .....	48
3.6 Política de Extensão.....	58
3.7 Política de Pesquisa .....	61
3.8 Política de Relacionamento Institucional .....	63
3.9 Política de Atendimento ao Discentes.....	64
3.9.1 Programa de Acompanhamento de Egressos.....	65
3.10 Política de Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social .....	68
<b>4. PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>69</b>
<b>5. CORPO DOCENTE.....</b>	<b>70</b>
<b>6. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA .....</b>	<b>72</b>
6.1 Sustentabilidade Financeira – Relação com o Desenvolvimento Institucional .....	72
6.2 Alocação de recursos.....	72
Ensino .....	72
6.3 Compatibilidade entre cursos oferecidos e verbas e recursos disponíveis.....	73
6.4 Cumprimento de obrigações trabalhistas .....	74
6.5 Alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais.....	74
6.6 Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional.....	75
6.7 Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.....	75
<b>7. INFRAESTRUTURA FÍSICA.....</b>	<b>77</b>
7.1 Biblioteca .....	78
7.2 Sala de Apoio de Informática .....	80
7.3 Acervo Acadêmico em Meio Digital .....	81





## INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Escola de Sociologia e Política (ESP) de São Paulo para o quinquênio 2021-2025 foi elaborado no âmbito de uma importante mudança institucional ocorrida no ano de 2020, qual seja, a aprovação do Programa Sociologia e Política do Futuro pelo Conselho Superior da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), sua mantenedora. O Programa apresenta como orientação geral a afirmação da ESP como espaço de criação cultural e desenvolvimento científico.

Do ponto de vista das atividades de formação, em continuidade ao objetivo estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional anterior de qualificar os cursos e promover melhorias no ensino, que entre outras ações privilegiou o desenvolvimento da pesquisa aplicada, o novo Programa preconiza a formação profissional em diferentes áreas das ciências sociais aplicadas que contribuam para o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, por meio da produção, transmissão e difusão de conhecimento científico e cultural, da pesquisa aplicada, da extensão social e culturalmente implicada e de projetos voltados às políticas públicas pautados no compromisso político com a transformação social..

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborado nesse contexto de implantação de um vigoroso programa que visa atualizar a tradição de:

- a) pioneirismo na pesquisa e no ensino de ciências sociais aplicadas; e
- b) intervenção na sociedade com o objetivo de oferecer melhores condições de vida à população e colaborar com o avanço da democracia.

Conforme se verá ao longo do documento, buscou-se estabelecer objetivos estratégicos, tendo como referência o Programa Sociologia e Política do Futuro e as avaliações resultantes das pesquisas da Comissão Própria de Avaliação (CPA), levando em consideração a execução do plano anterior, seus acertos e dificuldades.

Outra relevante mudança é a incorporação da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI) e da Faculdade de Administração (FAD) pela Escola de Sociologia e Política (ESP), constituindo, agora, uma única Instituição de Educação Superior mantida.

Dessa forma, a IES mantida passa a se chamar Escola de Sociologia e Política (ESP), neste documento também denominada **Escola**, que oferece, atualmente, três cursos de graduação (bacharelado), a saber: Administração, Biblioteconomia e Ciência da Informação e Sociologia e Política, bem como cursos de pós-graduação e de extensão. A mantenedora, por sua vez, segue sendo a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, neste documento denominada **FESPSP**.

A pandemia de Covid-19, o decorrente isolamento social e a interrupção das atividades presenciais dificultaram o trabalho conjunto de elaboração deste PDI; no entanto, o Programa Sociologia e Política do Futuro contou com diversas reuniões virtuais para





discussão e acolhimento de contribuições de conselheiros, diretores, professores e funcionários da instituição. E, de todo modo, o PDI passou por todas as áreas da instituição e pelas instâncias dirigentes para revisão, incorporando sugestões e observações das diversas áreas, tendo como resultado um produto coletivo, reconhecido e que reúne a instituição em torno de seus objetivos e de seu futuro.

É importante ressaltar que a **FESPSP** e sua **Escola** consideram o PDI um instrumento dinâmico, que deve ser revisitado periodicamente a fim de refletir o movimento próprio do ciclo de planejamento que inclui avaliação e revisão do planejado como formas de atualização de sua execução.





## 1. PERFIL INSTITUCIONAL

### 1.1 Breve Histórico da Escola

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) foi criada em 27 de maio de 1933, um momento de intensa inovação cultural e científica, para responder a um conjunto de desafios originados do processo de modernização acelerada pelo qual passava a sociedade brasileira. Um dos desafios nominados no Manifesto escrito por seus fundadores era a necessidade de prover o País de elites dirigentes formadas em consonância com os mais modernos métodos científicos. O Brasil carecia de intelectuais com conhecimentos especializados que as escolas tradicionais, dedicadas às chamadas "profissões liberais" e com acentuada tendência ao individualismo, não ofereciam. Para preencher essa lacuna, um grupo de paulistas, líderes da vida econômica e cultural da cidade<sup>1</sup>, fundou a ELSP.

Nessas condições, visava-se à formação de quadros intelectuais e técnicos qualificados em ciências sociais para investigar e propor soluções racionais aos problemas sociais. Seus fundadores mostravam-se particularmente preocupados em dimensionar o impacto dos problemas urbanos decorrentes da modernização na formulação de políticas sociais, e viam na sociologia uma privilegiada disciplina científica para isso. A ELSP foi pioneira no ensino das ciências sociais no Brasil. Dois meses depois, foi constituída a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), com a finalidade de manter, administrar e resguardar a missão da ELSP.

A ELSP foi considerada de utilidade pública pelo governo paulista em 1935. Em 1938, tornou-se instituição complementar da Universidade de São Paulo (USP). Em 1946, por meio do Decreto Presidencial nº 9.786, de 6 de setembro de 1946, foi efetivado o reconhecimento da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP).

Ainda em 1936, o Departamento de Cultura da prefeitura paulistana organizou o curso de Biblioteconomia, com a finalidade de formar quadros profissionais para a recém-inaugurada Biblioteca Municipal. Em 1940, esse curso foi incorporado à **FESPSP** e, já no ano seguinte, a Fundação criou a Divisão de Estudos Pós-Graduados, na busca de especialização dos conhecimentos no campo das ciências sociais,

Em 1963, o Curso de Biblioteconomia e Documentação foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação e, em 1999, teve seu nome alterado para Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI), como publicado no *Diário Oficial da União*, seção 1, nº 228, de 30 de novembro de 1999, e conforme a Portaria nº 1.674, de

<sup>1</sup> Armando S. de Oliveira, ex-governador de São Paulo; José A. Machado de Oliveira, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo; Cantídio de M. Campos, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Roberto Simonsen, empresário, criador do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp); Antonio de A. Prado, professor doutor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Abrahão Ribeiro, industrial e empresário; Raul Briquet, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Tácito de Almeida, empresário e intelectual; e Cyro Berlinck, empresário e intelectual.





29 de novembro de 1999, alteração em sintonia com o processo de atualização curricular que priorizou a área de ciência da informação e a informatização no registro da globalização.

A evolução de estudos e pesquisas realizadas pela ELSP, a partir de atividades de planejamento e de gestão, tornou perceptível a necessidade da criação do curso de Administração, complementando a interação pedagógica entre os cursos de ciências sociais aplicadas já existentes e originando a Faculdade de Administração (FAD), em 2002.

As três unidades de ensino — ESP, FaBCI e FAD — e os cursos de pós-graduação em ciências sociais compunham a estrutura acadêmica central da **FESPSP** e ancoravam os cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), observando a legislação vigente<sup>2</sup>.

Entre os anos de 1934 e 1937, a ELSP participou das primeiras pesquisas de padrão de vida, que passaram a ser consideradas pela Justiça do Trabalho de São Paulo como referência para acordos coletivos e subsidiaram a elaboração do primeiro índice do custo de vida no Brasil.

A implantação, na década de 1990, de uma política institucional para pesquisa resultou na criação do Núcleo de Pesquisas, unidade subordinada à Diretoria Acadêmica da **Escola** e hoje reformulado para Coordenação de Pesquisa e Extensão, com novas atribuições, inclusive para atendimento às diretrizes do MEC<sup>3</sup> em relação à incorporação curricular da extensão na educação superior brasileira.

A partir de 1992, dando continuidade a essa tradição, foi constituída uma equipe de pesquisa e desenvolvimento de projetos nas áreas de transportes coletivos, educação, habitação, administração, modelos gerenciais, políticas públicas e sociais, meio ambiente e recursos humanos. Apoiada nessa equipe e em seus princípios de atuação em prol da sociedade e de melhores condições de vida para a população em geral, a **Escola** vem se dedicando ao estudo e ao assessoramento para a elaboração de reformas administrativas do setor público dentro do processo de modernização do Estado e da sociedade brasileira, bem como à relação entre o Estado e a sociedade no Brasil. É importante destacar que todas essas atividades se desenvolvem em estreita relação com as atividades acadêmicas e pedagógicas, constituindo meios para atingir os objetivos e a missão institucionais.

## 1.2 Missão e princípios

A missão da **Sociologia e Política** e de sua unidade mantida, firmada no Manifesto de 1933 é:

“FORMAR PERSONALIDADES CAPAZES DE COLABORAR EFICAZ E CONSCIENTEMENTE NA DIREÇÃO DA VIDA SOCIAL”.

E sua tradução para a atualidade:

<sup>2</sup>Resolução MEC n° 1, de 8 de junho de 2007. Como mencionado mais à frente (1.5.1.1.), este PDI já reflete o objetivo de unificação das três IES mantidas em uma única, a Escola de Sociologia e Política.

<sup>3</sup> Resolução MEC n° 7, de 18 de dezembro de 2018





“FORMAR ATORES QUE INCIDAM EM TODAS AS ESFERAS SOCIAIS NO SENTIDO DE CONTRIBUIR COM O ESTADO E A SOCIEDADE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DO DESENVOLVIMENTO”.

Para cumprir essa missão, a atividade educacional da **Escola** pauta-se pelos seguintes princípios:

- a) valorização do ser humano;
- b) reconhecimento da necessidade de construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos;
- c) respeito à autonomia e à liberdade de expressão; e
- d) compromisso com a sociedade em que se insere.

### 1.3 Visão

Como anunciado na Introdução deste documento, o Programa Sociologia e Política do Futuro é o orientador estratégico deste PDI e do trabalho acadêmico da **Escola** nos próximos cinco anos, tendo como visão de futuro que:

A **Escola** será um local de **fluxo do conhecimento**. Por ela transitarão não apenas a **ciência** gerada no seu âmbito, seja pelo ensino, pelas pesquisas de docentes e alunos, ou ainda pelo trabalho de ciência social aplicada produzido pelos projetos executivos, mas também por **outras formas de saber** que nela se materializam por meio dos debates e trocas de conhecimento sobre a política, a economia, a sociedade e a cultura, bem como pelas manifestações artísticas e culturais que no seu território ocorrerão.

Será uma instituição coesa, una, que **conectará de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão à ciência social concebida em toda a sua amplitude**, abrangendo a teoria, a pesquisa empírica e a aplicação. Percorrerá um itinerário que compreende desde os aspectos teóricos do conhecimento até a intervenção nos problemas sociais, na busca, proposição e implementação de ações que contribuam para o bem-estar de todos os cidadãos.

Com essa conformação, a **Escola** cumprirá sua missão fundacional de **gerar e disseminar conhecimento em ciências sociais aplicadas** e, como há oitenta e oito anos, agora e no futuro formará cidadãos capazes de intervir na sociedade de modo a **eleva as condições de vida da população e de contribuir para o avanço da democracia e do desenvolvimento**.

A **Escola** se afirmará como **espaço de criação cultural e desenvolvimento científico**. Para formar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, realizará projetos que intervenham no processo de desenvolvimento da sociedade por meio da produção, transmissão e divulgação de: conhecimento científico, cultura e pesquisa aplicada a projetos de políticas públicas voltados ao desenvolvimento social, econômico, cultural e político





Por meio da síntese dessas formas de saber, a **Escola** projetará influência democrática e ilustrada na definição dos rumos do país.

## 1.4 Valores

São valores inerentes à gestão e funcionamento da **Escola**:

- a) Concorrer, pelo ensino, pela pesquisa, pela extensão e pelo desenvolvimento de projetos sociais, para a formação de pessoal capacitado (profissionais, pesquisadores, educadores) que possam colaborar eficazmente na administração e no progresso do País.
- b) Estimular o desenvolvimento da investigação científica, da pesquisa e da iniciação científica, bem como a consolidação e a disseminação de produções no âmbito da ciência.
- c) Comprometer-se com o estudo das ciências que, apesar de denominadas humanas, exatas e biológicas, voltam-se, todas, para o aprimoramento das capacidades humanas e de suas relações com o ambiente.
- d) Contribuir para a consciência e o exercício de uma cidadania responsável, participativa e solidária, construtora de uma linha de força da sociedade civil.

## 1.5 Área de Atuação Acadêmica e Territorial

A **Escola** mantém sua unidade de ensino atuando em um único campus, situado na Vila Buarque, bairro central da cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo. A Vila Buarque, localizada entre os distritos de Santa Cecília, República e Consolação, é um pequeno bairro residencial onde também estão sediadas outras instituições de ensino, organizações não governamentais, órgãos públicos, hospitais e variados estabelecimentos de comércio e serviços.

Entre as instituições de ensino e de pesquisa da região, podem ser citadas: a Universidade Presbiteriana Mackenzie, que oferece cursos em todas as áreas do ensino superior; a Escola da Cidade, que mantém cursos de Arquitetura e Urbanismo; a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, que oferece cursos na área de saúde, nos níveis de atualização, graduação e pós-graduação *stricto sensu*; o Senac Santa Cecília, com cursos de extensão, cursos livres, cursos técnicos e de pós-graduação nas áreas de Decoração, Jardinagem, Paisagismo e Marketing; e a Faculdade Cultura Inglesa. Na rua Maria Antônia, há uma unidade da Universidade de São Paulo, configurada como ponto de encontro de artistas e universitários, que ali circulam atraídos por cursos de extensão e atividades como exposições e teatro.

As organizações não governamentais são representadas pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ação Educativa, Instituto Pólis, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Sesc Consolação, Aliança Francesa, entre outras.





Na região estão presentes órgãos dos governos municipal e estadual como a Secretaria Municipal de Saúde, o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo e a Biblioteca Municipal Infante-Juvenil Monteiro Lobato, localizada na Praça Rotary, onde também existe uma base comunitária da Polícia Militar.

Na Vila Buarque funciona um dos hospitais mais tradicionais de São Paulo, a Santa Casa de São Paulo, classificado como hospital de ensino e reconhecido nacionalmente pelo desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas.

Promovidas por instituições como o Teatro Anchieta do Sesc Consolação, o Teatro da Aliança Francesa, o Teatro USP Maria Antônia e por instituições já citadas (Biblioteca Monteiro Lobato, Ação Educativa, Escola da Cidade, Instituto Polis), e pela própria **Escola**, as atividades socioculturais constituem fortes referências culturais do bairro.

Ainda fazem parte desse cenário pontos de degradação social e urbana como edifícios ocupados por pessoas em situação de pobreza e população em situação de rua, que instigam professores e estudantes à intervenção social.

De acordo como a previsão apresentada neste documento, o incremento de cursos na modalidade a distância tende a ampliar o escopo de atuação local da Escola, atingindo outras regiões e promovendo atividades nessas localidades por intermédio de parcerias, dando sentido prático aos princípios da pesquisa aplicada e da extensão sociocultural implicada, como de resto ao princípio político-institucional da indissociabilidade do tripé acadêmico ensino-pesquisa-extensão.

## 1.5.1 Relação dos Cursos e Programas Existentes

### 1.5.1.1 Graduação

A **Escola Livre de Sociologia e Política**, tal como referido anteriormente, foi criada em 1933 e reconhecida pelo Decreto-Lei nº 9.786, de 6 de setembro de 1946, publicado no *Diário Oficial da União* de 10 de setembro de 1946. Foi reconhecida pela Portaria Ministerial nº 256, de 18/04/2016, publicada no DOU nº 74, de 19/04/2016, Seção 1, página 17; e credenciada para oferta EAD pela Portaria Ministerial nº 160, de 19/02/2014, publicada no DOU nº 36, de 20/02/2014 Seção 1, página 11 e pela Portaria Ministerial nº 160, de 15/08/2017, publicada no DOU nº 157, de 15/08/2017 Seção 1, página 14.

O curso de Sociologia e Política por ela oferecido é, portanto, o mais antigo da instituição, constituindo área de conhecimento de amplo domínio institucional pela qual se desenvolvem a docência, a pesquisa, a extensão e a participação de professores e estudantes em projetos de pesquisa e iniciação científica. A identidade da pesquisa na Sociologia e Política, que é dada pela aplicação, se expressa em temas e abordagens interdisciplinares definidos pela Instituição, o que vale para todos os cursos de graduação da **Escola**. O curso possui 100 vagas anuais autorizadas.

A Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, por sua vez, foi reconhecida pelo Decreto-Lei nº 52.035, de 21 de maio de 1963, publicado no *Diário Oficial da União*





de 29 de maio de 1963. Foi reconhecida pela Portaria Ministerial nº 285 de 28/03/2018, publicada no DOU nº 61 de 29/03/2018, Seção 1, página 57. Biblioteconomia e Ciência da Informação é uma área do conhecimento que merece estudos sobre sua identidade tensionada entre a criação e qualificação do leitor e gestão de bibliotecas físicas, e a produção e oferta de informação por meios digitais e do tratamento de dados. A oferta anual é de 100 vagas.

A Faculdade de Administração, mais recente, teve sua autorização definida pelas Portarias nº 2.980 e 2.981, de 23 de outubro de 2002, publicado no DOU nº 207, de 24/10/2002, Seção 1, página 36 e iniciou sua primeira turma em 2004. Foi reconhecida pela Portaria Ministerial nº 322 de 08/02/2019, publicada no DOU nº 29 de 11/02/2019, Seção 1, página 39. A Administração é uma área do conhecimento que demanda estudos sobre seu ensino na cidade de São Paulo, avaliando sua contribuição social e institucional, e seu potencial de interação com os projetos desenvolvidos pela instituição, de forma a estar mais articulada à tradição da Sociologia e Política. Oferta 100 vagas, anualmente.

Neste ano de 2021, conforme mencionado na Introdução deste documento, a Escola de Sociologia e Política iniciou processo de incorporação das atuais faculdades de Biblioteconomia e Ciência da Informação e de Administração, o que já se reflete neste PDI. De mesmo modo, neste documento está apresentado o processo de ampliação dos atuais cursos na modalidade EAD e de novos cursos na modalidade superior tecnológico.

### **1.5.1.2 Pós-Graduação Lato Sensu**

Os cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), com no mínimo 360 horas de carga horária, são oferecidos em consonância com a Resolução CES nº 1, de 8 de junho de 2007. Atualmente, são oferecidos, anual ou semestralmente, os seguintes cursos: Ciência Política; Estudos Brasileiros - Sociedade, Educação e Cultura; Gestão Arquivística; Gestão da Informação Digital; Gestão de Serviços de Informação; Gestão Estratégica de Pessoas; Gestão Pública; Globalização e Cultura; Mídia, Política e Sociedade; Opinião Pública e Inteligência de Mercado; Política e Relações Internacionais; Psicossociologia da Juventude e Políticas Públicas; Sociologia; Sociopsicologia; MBA em Gestão Empresarial e Coaching; MBA em Parcerias Público-Privadas e Concessões; MBA em Saneamento Ambiental.

Do ponto de vista do Programa Sociologia e Política do Futuro têm sido aprimorados os cursos de pós-graduação e atualizados seus planos pedagógicos a temas e abordagens emergentes na sociedade; nesse passo, expressam uma agenda que os articula às pesquisas em curso.

Tal intencionalidade tem como objetivo a concentração de conhecimento e projeção pública dos temas eleitos pela **Escola**, bem como manterá nos quadros da instituição pesquisadores que desenvolvam suas investigações e ministrem cursos sobre tais temas, de modo a constituir condições para a implantação de cursos de pós-graduação e em nível *stricto sensu* (mestrado e doutorado) na área de Ciências Sociais Aplicadas.





Dessa forma, a Instituição oferece cursos de Pós-Graduação que atendem às demandas da sociedade em consonância com transformações tecnológicas, em seus diversos sentidos, complementando os cursos de graduação e oferecendo alternativas à abordagem de temas prementes do mundo atual, a partir da peculiar visão crítica e humanista que a move.

### 1.5.1.3 Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A **Escola**, pioneira na pós-graduação em Ciências Sociais (primeiro curso do Brasil na área, em 1941), não oferece atualmente cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Retomar essa modalidade de formação já figurava no planejamento anterior e mantém-se no plano atual de trabalho. Nesse sentido, conforme proposto no Programa Sociologia e Política do Futuro, serão elaborados estudos para instituir um programa de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Retomar o *stricto sensu* significa para a FESPSP, não apenas recuperar esse legado histórico, mas também tornar a **Escola** apta a oferecer aos seus alunos um percurso acadêmico completo, que vai do bacharelado ao doutorado.

A perspectiva de retomada do *stricto sensu* apresenta requisitos que têm sido gradativamente perseguidos pela Instituição: acúmulo de conhecimento em temas específicos e concentração de pesquisadores ativos; retomada da edição da Revista Sociologia (1939-1980) ou de um novo periódico científico no campo das ciências sociais aplicadas; incremento à divulgação da produção dos pesquisadores da **Escola** em veículos qualificados; manutenção e incremento das atividades da Escola Pós-Graduada em Ciências Sociais, criada em 1941, e adequação dos cursos de especialização aos temas emergentes na sociedade.

### 1.5.2 Programas e Projetos Institucionais

#### ▪ Área de Projetos

A **Escola** mantém uma área que desenvolve projetos para organizações públicas e privadas, aplicando o conhecimento desenvolvido e, assim, configurando-se como um dispositivo de sustentação e de identidade. Os trabalhos nela gerados consubstanciam a identidade da Instituição, seja pela natureza aplicada do conhecimento que mobilizam, seja porque todas as suas ações se voltam para a melhoria das condições institucionais e de vida.

Os trabalhos da área de projetos aprofundam e qualificam as ciências sociais aplicadas, uma vez que alguns projetos podem ser vistos como "laboratórios" para a Escola. A realização de pesquisa aplicada e pesquisa-ação, por professores e estudantes, aprimora os quadros docente e discente, além de organizar o conhecimento sobre temáticas específicas. Ao lado da atuação de professores, a área de projetos abre vagas para que estudantes desenvolvam estágios, aprofundando seus processos de formação. A inserção de estudantes aos projetos, em regime de iniciação científica, tem sido perseguida como objetivo da coordenação de pesquisa e extensão. Parte expressiva desses projetos tem





sido incorporada, de modo mais sistemático, às atividades acadêmicas da Escola por intermédio de debates, seminários e publicações.

## ▪ Núcleo Brasil de Estudos Estratégicos

Criado como espaço para a discussão de modelos de desenvolvimento econômico e social do País, o NBEE agrega dois grupos de estudos em atividade — o Grupo Mercado de Capitais e o Grupo de Segurança Pública —, além de organizar e realizar palestras sobre políticas e estratégias. Para os próximos cinco anos, prevê-se a continuidade das atividades, com lançamento de livros para socialização das discussões havida no âmbito de cada grupo.

## ▪ Cátedra Celso Furtado

Instituída pelo Conselho Superior da **Sociologia e Política** em fevereiro de 2005, a Cátedra Celso Furtado se propõe como núcleo de reflexões, estudos, análises e pesquisas dos fenômenos econômicos e políticos contemporâneos, em especial latino-americanos e brasileiros. O patrono, Celso Furtado, foi escolhido por sua inquestionável reputação acadêmica e pública e pelo intenso trabalho de análise e propostas para o desenvolvimento do Brasil. A Cátedra Celso Furtado é mais um esforço da **Escola** com o objetivo de reforçar seu pioneirismo na investigação de nossa dinâmica social.

A Cátedra Celso Furtado concorre para a disseminação da missão institucional e dos objetivos acadêmicos da **Escola** e para a institucionalização das Ciências Sociais Aplicadas no país. São desenvolvidas como atividades da Cátedra Celso Furtado: pesquisas acadêmicas integradas e interdisciplinares; seminários, debates, conferências e grupos de estudo; além da publicação de artigos sobre os temas relacionados a Estado e desenvolvimento, Geopolítica e Geoeconomia, Análise de Políticas Públicas. Nos próximos anos as atividades da Cátedra serão continuadas e intensificadas com a promoção de pesquisas e publicações.

## ▪ Instituto Walter Leser

O Instituto Walter Leser foi criado em 1998, por decisão do Conselho Superior, em reconhecimento ao eminente médico que foi professor de estatística na Escola entre 1934 e 1946. Teve como objetivo introduzir na Escola o tema da saúde pública como objeto de pesquisa e ensino. Vale dizer que no processo de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, vários médicos tiveram papel destacado, como Raul Briquet, Geraldo de Paula Souza, Antônio de Almeida Prado, Luís de Resende Puech, André Dreyfus e Ulisses Paranhos.

Por variadas razões, a iniciativa de 1998 só agora está sendo implementada, motivada pelo desafio de propor e desenvolver ações que contribuam para o estudo do tema saúde pública, particularmente em sua abordagem no campo das ciências sociais da saúde. Trata-se de um tema de repercussão global e de particular importância no Brasil, que conseguiu construir um sistema de saúde universal num momento em que outros países vinham reduzindo o papel do Estado em várias áreas, entre elas a da saúde. É também





tema que deita intimidade maior com o campo da sociologia e política, da administração e com a organização e disponibilização de informações, áreas de objeto dos cursos de graduação da Escola.

As atividades iniciais do Instituto Walter Leser concentram-se em três áreas:

1. A saúde na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – construção de políticas e de governança regional;
2. Saúde e Trabalho – como compreender os novos desafios provocados pelas mudanças no trabalho e desenvolver uma política pública para a atenção e promoção da saúde dos trabalhadores;
3. A questão ambiental na RMSP e no Brasil.

O grupo avançará em pesquisa e intervenção no território, constituindo redes de pesquisas e curso de especialização, entre outras propostas, todas focadas na temática da saúde.

#### ▪ Espaço Cultural “Sociologia e Política” e Corredor do Conhecimento

A **Sociologia e Política** dispõe do imóvel tombado pelo patrimônio histórico, conhecido como Casarão, cujo estado de conservação demanda reformas e restauro que preservem suas características originais, tendo em vista ser um bem tombado pelo Patrimônio Histórico.

O Programa Sociologia e Política do Futuro elencou, como uma de suas frentes de atuação, atribuir ao Casarão função que potencialize a projeção pública da **Escola** como local de fruição cultural e do conhecimento e do debate político e social, explorando o valor simbólico do imóvel com a instalação, em seu interior e no entorno, de dispositivos culturais de acesso público e gratuito componentes do Espaço Cultural Sociologia e Política.

As atividades do projeto cultural iniciadas de forma virtual em razão da vigência do isolamento social serão continuadas durante a vigência deste PDI que, entre outras iniciativas, prevê a constituição de um Museu Brasileiro das Ciências Sociais, cuja marca já é de domínio da **Sociologia e Política**; um único espaço para sediar debates científicos e culturais abrangendo toda a temática compreendida pelas Humanidades e as Ciências Sociais Aplicadas, e atividades artísticas (teatro, artes plásticas, cinema etc.), incorporando-as ao currículo regular de nossos estudantes.

A **Escola**, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Escola da Cidade, sediados na mesma rua, ao lado de organizações sociais, culturais e educacionais localizadas na região, avançam na promoção de projetos de intervenção na realidade urbana e social da cidade, com foco inicial na Vila Buarque, envolvendo estudantes e professores em projetos de iniciação científica, de pesquisa aplicada e extensão sociocultural.

As atividades artísticas e culturais que já aconteciam no âmbito da extensão acadêmica serão articuladas e incrementadas pelo Espaço Cultural Sociologia e Política. No momento, 2021, já acontece uma programação remota de atividades culturais, que





anteciparão os projetos presenciais a serem desenvolvidos no Espaço tais como debates sobre questões sociais, políticas e culturais, apresentações teatrais, musicais e cinematográficas, num processo de parceria com as instituições de ensino e pesquisa e as organizações sociais presentes na região.

## 1.6 Política de Gestão Institucional

Coerente com o planejamento estabelecido pelo Programa Sociologia e Política do Futuro, a gestão institucional figura como uma das frentes de atuação. Foram definidos aspectos a serem superados por ações voltadas tanto para questões acadêmicas, como para a melhoria contínua da gestão administrativa. O próprio esforço para a elaboração de um programa de futuro, de longo prazo e larga abrangência, implica em reformulações e estruturações de vulto para que sua realização seja possível. A sistematização do Programa Sociologia e Política do Futuro caracteriza-se como a primeira grande movimentação no sentido da melhoria de gestão, partindo da consolidação de uma visão estratégica comum à comunidade acadêmica e reforçando a prática do planejamento como instrumento de gestão.

No próximo item, encontra-se o detalhamento do Programa Sociologia e Política do Futuro e mais informações sobre essa frente de trabalho. O planejamento imediato contempla as seguintes ações:

**Sistema de Informações:** Concluir implantação do sistema de informação - Sistema Totvs, módulo Educacional -, para atender as áreas de Finanças, RH e Secretaria Acadêmica, com capacitação e organização dos manuais de procedimento; reorganização das informações gerenciais hospedadas no servidor da instituição; e implantação de relatórios gerenciais com relacionamento de dados disponíveis no Sistema Totvs e banco de dados da Rede Sociologia e Política.

**Adequação espacial:** reorganização do espaço de trabalho das equipes do Casarão e do 6º andar do Edifício nº 482 da Rua General Jardim, em razão do projeto em andamento para seu novo destino e das obras de reforma das instalações em geral.

**Reorganização do quadro de Carreira dos profissionais celetistas:** redimensionamento do quadro necessário e adequações ao Plano de Cargos e Salários.

De resto, a **Escola** rege-se por seu Estatuto, pelos regimentos das unidades mantidas e pelas resoluções do Conselho Superior, consideradas as normas em vigor de ordem federal, estadual e municipal, educacionais, civis, tributárias e trabalhistas.





## 1.7 Programa Sociologia e Política do Futuro

### 1.7.1 Objetivos

A **Escola** mantém seus objetivos geral e específicos, reforçando-os com as proposições do Programa Sociologia e Política do Futuro, a seguir apresentado:

**Objetivo Geral:** Consolidar-se como instituição de referência nas áreas de ciências sociais aplicadas e humanas e ampliar sua capacidade de envolvimento social e científico.

#### Objetivos específicos:

- I. formar profissionais em cursos de graduação e pós-graduação e colaborar na sua formação contínua, para que estejam aptos a contribuir com o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira;
- II. incentivar a pesquisa e/ou investigação científica, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, mediante cursos e programas especiais que visem ao entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- III. estimular a criação e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos;
- IV. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- V. promover a extensão sociocultural, em diálogo permanente e profícuo com a sociedade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição e à incorporação dos saberes sociais na formação dos estudantes;
- VI. desenvolver social e tecnologicamente a comunidade, respeitando e cultivando as bases culturais e o equilíbrio ambiental, em uma perspectiva humanizadora, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo (crítico);
- VII. praticar a responsabilidade social, de forma a contribuir com a inclusão social, com o desenvolvimento sustentável local, regional e global, com a defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio histórico;
- VIII. ser uma instituição social e democrática, aberta a todas as correntes de pensamento, pautando sua atuação no respeito aos direitos fundamentais da pessoa e aos princípios da liberdade, justiça e solidariedade humana.
- IX. estimular, no processo da formação profissional, o desenvolvimento de uma postura ética, empreendedora, crítica e cidadã;





- X. manter permanentemente atualizados os projetos pedagógicos de seus cursos, em consonância com as exigências e necessidades dos mundos do trabalho;
- XI. adotar a avaliação institucional como processo permanente de valorização e atualização dos princípios, da finalidade e dos objetivos da Instituição;
- XII. oferecer formação integrada à realidade, por meio da articulação teoria-prática nas atividades acadêmicas;
- XIII. desenvolver e aprimorar a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão pelo exercício da interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade;
- XIV. atualizar permanentemente o modelo de gestão;
- XV. promover o bem comum e inclusão socioeconômica por meio do incentivo ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Além dos objetivos descritos acima, o Programa Sociologia e Política do Futuro se organiza em cinco frentes de atuação, articuladas e interdependentes:

1. Científica
2. Comunicação
3. Projeção Territorial
4. Política de Relacionamento Institucional
5. Administrativa

**Frente científico-acadêmica:** apresenta como premissa que “A tradição é um patrimônio e a busca da inovação contínua, uma necessidade” e parte do Projeto Escola, há dois anos em implantação, que estabelece novos fundamentos para os três cursos de graduação. São eles:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- Pesquisa aplicada
- Pesquisa e extensão no currículo
- Extensão como diálogo sociocultural
- Flexibilidade curricular
- Interdisciplinaridade e interculturalidade
- A cidade de São Paulo e o território metropolitano como campos preferenciais de investigação

Essa frente explicita os princípios acadêmicos que orientam os objetivos da Escola por meio das atividades de pesquisa, ensino e extensão, concebidas como indissociáveis. A Escola está voltada ao desenvolvimento de itinerários formativos que contemplem cursos e programas com os seguintes perfis: Qualificação Profissional Inicial, Cursos Superiores Tecnológicos (em implantação), de Bacharelado e cursos e programas de Pós-Graduação.





Além disso, a **Escola** se propõe como centro dinâmico de ciência e cultura no qual os fluxos de produção e aprendizado científicos sejam mesclados e enriquecidos pelos fluxos dos debates econômicos, sociais, políticos, culturais, filosóficos etc.

No sentido de reforço e expansão da identidade acadêmica e como mencionado acima, com a continuidade do Projeto Escola, as ações desenvolvem-se para:

- Aprimoramento e ampliação dos cursos de graduação existentes.
- Aprimoramento e ampliação dos cursos de pós-graduação existentes.
- Incentivo à pesquisa docente e de iniciação científica.
- Aprimoramento e expansão das atividades de extensão.
- Modelo de Negócios.

Com respeito à política de pesquisa, de acordo com o Programa Sociologia e Política do Futuro, ela expressa a identidade da instituição e uma filosofia de formação que, sob o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, privilegia produção de conhecimento por meio da investigação, do ensino e do diálogo social, expressando a missão da academia na discussão e encaminhamento dos graves problemas da sociedade brasileira.

Quanto à política de extensão, visa a realização de atividades que expressem uma agenda de articulação entre pesquisas em curso e práticas de ensino, com a atenção voltada para problemas sociais concretos, constituindo-se como campo de experimento, observação e aprendizado, tendo como lugar de ação a cidade de São Paulo e o território metropolitano. À pesquisa cabe, então, articular-se ao ensino (graduação e pós-graduação) e à extensão, assim como promover a apropriação, por professores e estudantes, dos conhecimentos produzidos na área de projetos.

**Inovação do modelo de negócio:** A busca da sustentabilidade da **Escola** deve ser uma constante e se dará pelo aprimoramento dos cursos e atividades já existentes, pela criação de novos cursos e atividades, pela forte articulação entre esses cursos e atividades e pelo aprimoramento da comunicação e das relações institucionais.

São requisitos: a fusão dos três cursos de graduação em uma única instituição de educação superior, portanto, uma única mantida; a orientação pelo princípio da indissociabilidade; a permanente revisão epistemológica das ciências sociais aplicadas, representadas pelos nossos cursos de graduação, favorecendo a interdisciplinaridade e a interculturalidade; a atualização de percursos pedagógicos e currículos, na perspectiva da flexibilidade; avaliação constante da contribuição científica, social e institucional dos cursos oferecidos (graduação e pós-graduação), e de sua sustentabilidade; a proposição de novos cursos e modalidades de cursos – superiores tecnológicos e a distância - nas áreas de domínio da Escola, articulando-os às graduações já existentes e permitindo o trânsito disciplinar entre cursos e modalidades, na direção da flexibilidade curricular.

Estão, ainda, incluídos no plano de implantação do Programa Sociologia e Política do Futuro, a integração entre Escola e Área de Projetos, Escola e Espaço Cultural, além das





políticas e programas de extensão e de pós-graduação – com a ampliação e diversificação dos cursos de especialização - e a retomada do projeto de *stricto sensu*.

**Frente de Comunicação:** Ao eleger a Comunicação como uma de suas frentes de atuação, o Programa Sociologia e Política do Futuro identificou a necessidade de uma política comunicativa ágil e proativa, capaz de projetar a imagem da **Escola** de forma clara a um público amplo, bem como de consolidar uma percepção consensual sobre a instituição entre estudantes, funcionários, professores e dirigentes.

Dessa forma, agiu para definir, consolidar e comunicar um conceito para a **Escola** e criar uma única referência para a comunicação na instituição. Um de seus resultados visíveis foi a criação de um novo logotipo e do nome-marca “Sociologia e Política – Escola de Humanidades”, coerentes com a proposta de unificação.

**Projeção Territorial:** Partindo da premissa de que a **Escola** é uma referência no território da Vila Buarque e deve se constituir num local de fluxo das relações culturais, científicas e políticas do bairro e da cidade, essa frente de atuação traçou como objetivos consolidar a **Escola** como um centro de cultura política e social e um local de fluxo do conhecimento.

Para isso, projetou tornar seu imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico, o Casarão, um local de atividades de divulgação e representação da **Escola**, criando um centro de gestão do espaço e de relacionamento com o território da Vila Buarque, para também promover e gerir atividades culturais no espaço. A ampliação de atividades formativas à distância incorporará a disseminação do aprendizado da atuação local, expandindo-o para outras regiões.

**Política de Relacionamento Institucional:** Com o objetivo de promover a projeção da imagem e dos interesses da **Escola**, esta frente prevê o estabelecimento de uma política de relacionamento institucional que busque ativamente cooperação com instituições nacionais e estrangeiras nas áreas acadêmica e de projetos. Para isso, o Programa Sociologia e Política do Futuro estabeleceu como ações: ampliar a abrangência dos contatos institucionais de maneira a que redundem em relações duradouras e benéficas à Instituição e a seu entorno sociocultural; buscar intercâmbio nacional e internacional nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e projetos.

**Reorganização Administrativa:** Tendo como base o reconhecimento da insuficiência da estrutura administrativa existente frente às necessidades de implantação do Programa Sociologia e Política do Futuro, foi definida essa quinta frente de trabalho com o objetivo de operacionalizar as decisões estratégicas. Além do redimensionamento administrativo e qualificação dos funcionários e professores da Instituição, encontram-se em processo atividades de integração entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão (graduação e pós-graduação) e as de comunicação, projetos e futuras.





## 2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA

### 2.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma

A **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)**, pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade autônoma, com sede na capital do estado de São Paulo, sem fins lucrativos e rege-se por seu estatuto, em consonância com as leis em vigor. É administrada por um Conselho Superior e por uma Diretoria Executiva.

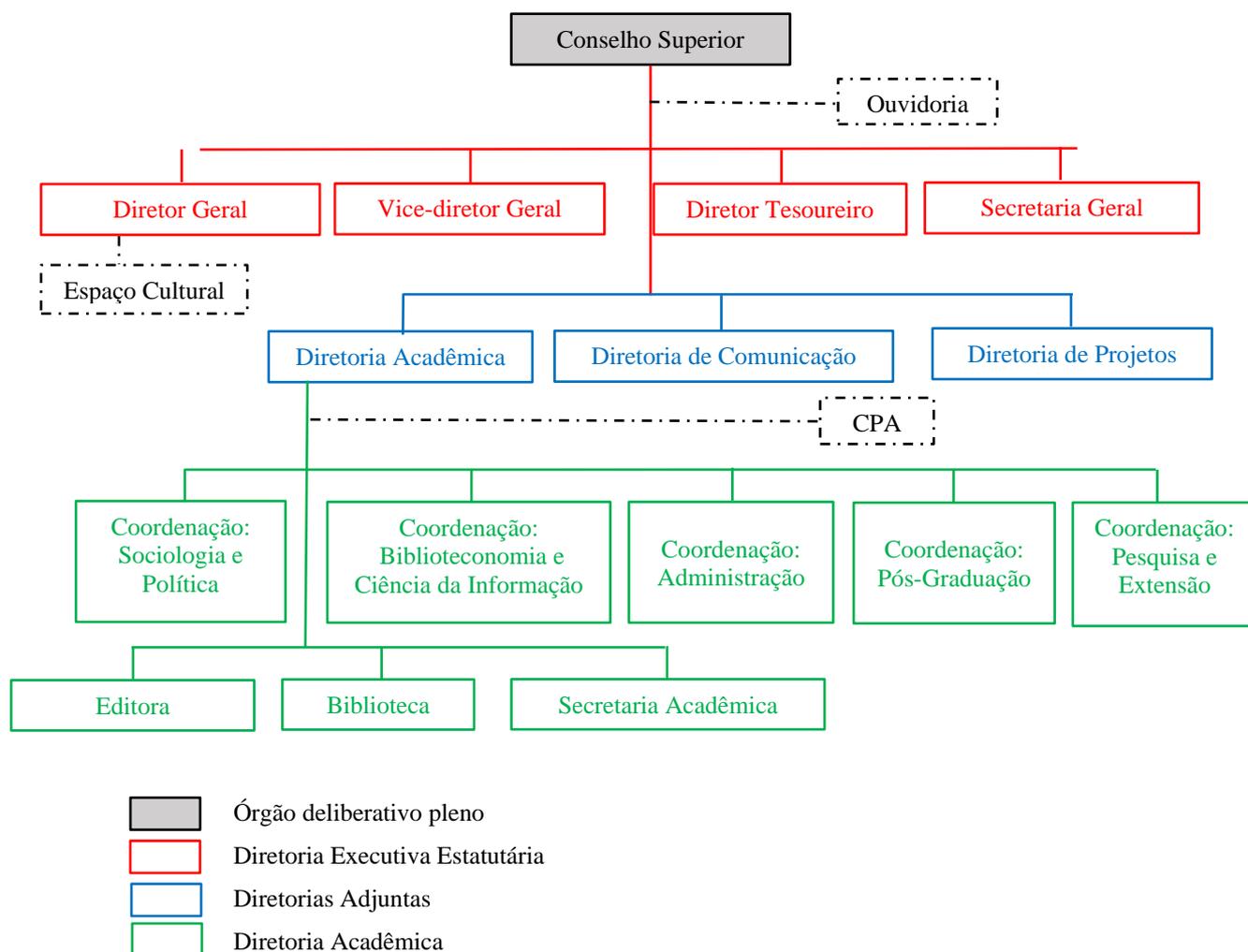
O Conselho Superior, órgão deliberativo supremo da Fundação, é constituído por 12 membros efetivos, com mandato de quatro anos, que podem ser reeleitos. Os conselheiros, brasileiros natos, são personalidades de projeção científica, cultural, administrativa ou política ou que tenham prestado serviços relevantes à Fundação ou às suas unidades mantidas. É da competência do Conselho Superior, entre outras atribuições: a) eleger o diretor geral e o vice-diretor geral da Diretoria Executiva; b) criar, incorporar e suprimir faculdades, escolas e cursos, institutos ou quaisquer outras entidades que venham a ser mantidas, mediante propostas justificadas da Diretoria Executiva; c) discutir e votar o relatório anual do diretor geral, d) aprovar anualmente o balanço patrimonial da instituição.

A Diretoria Executiva é constituída pelo diretor geral, pelo vice-diretor geral, pelo tesoureiro e pelo secretário, os dois primeiros eleitos pelo Conselho Superior e os últimos nomeados pelo diretor geral, *ad referendum* do presidente do Conselho Superior. A Diretoria Executiva tem mandato trienal renovável, sendo responsável pela gestão administrativa, financeira e jurídica da **FESPSP**. Compete à Diretoria Executiva executar as resoluções do Conselho Superior e promover a obtenção de recursos financeiros; executar as resoluções do Conselho Superior, cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias.

Com relação à unidade mantida, a Diretoria Executiva é a responsável pelas questões de ordem jurídica e trabalhista, bem como por tomar e assumir as decisões relativas a essas áreas. Também é de sua responsabilidade a elaboração e a aprovação do orçamento anual, a avaliação e a decisão sobre a aplicação de recursos solicitados pela área acadêmica.

A Instituição por sua vez, tem sua autonomia acadêmica respeitada no âmbito de um relacionamento harmônico e democrático entre a mantenedora e as unidades mantidas, o que tem viabilizado e facilitado o desenvolvimento das atividades acadêmicas. As unidades de ensino são dirigidas por um diretor acadêmico. A organização da **Escola** está graficamente exposta no organograma a seguir.





O Diretor Acadêmico é nomeado pela mantenedora com mandato, renovável, de dois anos, tendo como responsabilidade a administração da **Escola**, com seus cursos de graduação e pós-graduação, suas atividades de pesquisa e extensão e seus setores de editoria científica, biblioteca e secretaria. A Diretoria Acadêmica, juntamente com os coordenadores de cursos de graduação, de pós-graduação e de pesquisa e extensão, tem como tarefa gerenciar o corpo docente, o corpo discente e o pessoal técnico-administrativo de apoio à área acadêmica. Assume, ainda, como responsabilidade, fazer cumprir o Regimento de cada unidade, garantir a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de zelar pela manutenção dos padrões éticos e das condições de trabalho condizentes com a natureza educacional.

A estrutura de administração acadêmica da **Escola** é composta dos seguintes órgãos colegiados: Conselho Acadêmico, instância deliberativa e consultiva de apoio à Direção Acadêmica; Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE). Os órgãos





colegiados funcionam também de modo consultivo e podem fazer indicações e sugestões quando a matéria sob análise implicar ônus financeiro.

A estrutura organizacional da **Escola** é enxuta e ágil, compatível com suas necessidades, executando com eficiência suas tarefas rotineiras. Há poucos níveis hierárquicos e muito envolvimento direto das direções executiva e acadêmica no planejamento e execução de atividades.

A comunidade acadêmica é representada nos seguintes moldes:

- docentes, por participação no Conselho Acadêmico, nos colegiados de curso e nos núcleos docentes estruturantes de cada curso;
- discentes, por representação no Conselho Acadêmico eleita por voto direto ou por indicação do Centro Acadêmico, tendo direito a voz e voto, com mandato de um ano, permitida a recondução por duas vezes consecutivas; por representação no Colegiado de Curso.

## 2.2 Órgãos Normativos, consultivos e deliberativos

### 2.2.1 Conselho Acadêmico

O Conselho Acadêmico tem a seguinte constituição: a) Diretor Acadêmico, seu presidente; b) coordenadores de cursos; c) Coordenador em exercício da CPA; d) Secretário Acadêmico; e) Coordenador de Pós-Graduação; f) Coordenador de Pesquisa e Extensão; g) dois docentes em efetivo exercício, sendo um da graduação e um da pós-graduação, escolhidos por seus pares; h) representante do corpo técnico-administrativo, indicado por seus pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por mais um mandato; i) responsável pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD); j) um representante do corpo de tutores, escolhido por seus pares; k) dois representantes do corpo discente, das modalidades presencial e a distância, escolhidos pelo órgão de representação dos estudantes; l) um representante da Entidade Mantenedora, indicado por ela; e m) um representante da sociedade civil organizada, indicado por entidade de comprovado reconhecimento público.

Conforme o Regimento Integrado da **Escola**, compete ao Conselho Acadêmico homologar os documentos estratégicos institucionais (PDI, **PPI**, Regimento e suas alterações); aprovar matrizes curriculares e projetos pedagógicos de curso, bem como as suas alterações; decidir sobre recursos relativos a matéria didático-científica e disciplinar; criar, incorporar, modificar e extinguir órgãos, obedecendo às normas da Mantenedora e à legislação em vigor; promover a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão; aprovar diretrizes, programas, bases e normas para o ensino, a pesquisa e a extensão; aprovar regulamentos, normas, editais de processo seletivo, calendário acadêmico e outros documentos que regem as atividades da Instituição de Ensino Superior (IES); aprovar a criação, incorporação, modificação e extinção de cursos e programas educacionais de graduação, de pós-graduação, projetos de pesquisa e de extensão, além de criação e/ou alteração de endereços de polos de Educação a Distância, atendida a legislação vigente; constituir e nomear comissões e comitês para atuarem no





âmbito de sua competência; coordenar e supervisionar os planos e atividades sob sua responsabilidade; deliberar sobre questões relativas ao rendimento escolar; deliberar sobre as consultas que lhe forem encaminhadas; sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento das atividades educacionais; zelar pelo cumprimento da ética institucional e pelo cumprimento da legislação em vigor; aprovar alterações no Manual do(a) Estudante; exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas no Regimento da **Escola** e/ou solicitadas pelos órgãos competentes; e solucionar, nos limites de sua competência, os casos omissos e as dúvidas que surgirem na aplicação deste Regimento.

### 2.2.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Conforme o artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) deve ser constituída em toda instituição de ensino superior, pública ou privada. Na Instituição, ela foi instituída como um grupo formado por representantes de todas as esferas da comunidade acadêmica da **Escola** no início da vigência dessa Lei e, desde então, tem promovido periodicamente as pesquisas de avaliação institucional.

Em consonância com os valores da boa e necessária gestão democrática que devem nortear uma instituição de ensino, a CPA tem como princípios (pelos quais zela) os seguintes aspectos: autonomia; integridade; objetividade; aprimoramento constante; responsabilidade social e participação. Sua constituição atende ao princípio da paridade, sendo formada por: Coordenador da Comissão Própria de Avaliação, indicado e nomeado pela Diretoria Acadêmica; três representantes do corpo docente, indicados pelos coordenadores de curso; três representantes do corpo discente, indicados pelos coordenadores de curso; dois representantes do corpo técnico-administrativo, indicados pelos gestores administrativos; e um representante da sociedade civil organizada, indicados pelos respectivos órgãos que representam.

A CPA reúne-se, ordinariamente, duas vezes no semestre e, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou de dois terços dos seus membros. Compete à Comissão Própria de Avaliação (CPA): conceber o processo de autoavaliação institucional; orientar conceitual e tecnicamente as diversas etapas do processo avaliativo; planejar a comunicação com a comunidade acadêmica referente ao processo avaliativo, da sensibilização à apresentação de resultados; referir e ponderar dinâmicas, diretrizes e mecanismos internos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos discentes; determinar diretivas e indicadores para a organização dos processos internos de avaliação, examinar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à gestão superior da instituição; acompanhar continuamente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), indicando modificações ou revisões, quando for o caso; acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação, efetuando estudos sobre os relatórios avaliativos institucionais e dos cursos ministrados pela Instituição; desenvolver propostas para a melhoria da qualidade do ensino desenvolvido pela





Instituição, em parceria com a Diretoria Acadêmica, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação; submeter, anualmente, à aprovação da Diretoria Acadêmica, o relatório de atividades do ano finalizado; e realizar reuniões semestrais ordinárias convocadas pelo Coordenador da CPA, além das extraordinárias, quando necessárias.

**Metodologia, dimensões e instrumentos da CPA:** a Escola entende a avaliação como instrumento que permite melhoria constante de seus processos, apresentando-se como uma das preocupações manter os princípios assumidos desde o início da autoavaliação, dentre os quais vale destacar que:

- A autoavaliação e as melhorias devem ocorrer durante o processo avaliativo, em uma perspectiva de avaliação formativa.
- A avaliação da Instituição deve ser compreendida como totalidade integrada que consulte e leve em conta a opinião de estudantes, docentes e funcionários técnico-administrativos sobre as disposições constantes nos documentos institucionais, as sugestões de melhoria da avaliação externa e a aplicação das políticas institucionais, visando a melhoria da qualidade da vida acadêmica e o desenvolvimento institucional;
- A consciência de que a avaliação não é punitiva ou premiativa, mas um processo efetivo e permanente de desenvolvimento institucional.

O quadro a seguir demonstra a sistemática desenvolvida para a condução do processo de avaliação:

### Metodologia, instrumentos, fontes e documentos da autoavaliação

Eixo	DIMENSÃO (SINAES)	METODOLOGIA / INSTRUMENTOS UTILIZADOS	FONTES / DOCUMENTOS
<b>Eixo 1:</b> Planejamento e Avaliação Institucional	Oitava Dimensão: Planejamento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Análise documental</li><li>• Entrevistas</li><li>• Levantamento junto às coordenações e direção</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PDI</li><li>• Regimento</li><li>• Estatuto</li><li>• Resultados das avaliações do MEC</li><li>• Resultados das autoavaliações</li></ul>
<b>Eixo 2:</b> Desenvolvimento Institucional	Primeira dimensão: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"><li>• Análise documental</li><li>• Entrevistas semiestruturadas</li><li>• Questionários</li><li>• Pesquisa CPA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• MEC</li><li>• PDI</li><li>• Estatuto</li><li>• Regimento</li><li>• Relatório de avaliação das áreas administrativas</li><li>• Análise dos dados das atividades de extensão e pesquisa aplicada: ação social, atendimento à comunidade, iniciação científica</li><li>• Relatórios ref. bolsas de estudo: aproveitamento discente e orientação docente</li></ul>
	Terceira Dimensão: Responsabilidade Social da Instituição		





<b>Eixo 3:</b> Políticas Acadêmicas	Segunda Dimensão: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Análise documental</li><li>• Questionário</li><li>• Pesquisa CPA</li><li>• Relatórios Ouvidoria</li><li>• Sistema Acadêmico</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PDI</li><li>• Estatuto</li><li>• Regimento</li><li>• Relatórios da ouvidoria</li><li>• Relatórios de Comunicação e Marketing</li><li>• Relatórios das áreas de extensão e pesquisa</li><li>• Resultados das autoavaliações</li><li>• Resultados das avaliações do MEC</li></ul>
	Quarta dimensão: comunicação com a sociedade		
	Nona dimensão: política de atendimento aos discentes		
<b>Eixo 4:</b> Políticas de Gestão	Quinta dimensão: Políticas de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Análise documental</li><li>• Entrevistas semiestruturadas</li><li>• Questionários</li><li>• Pesquisa CPA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PDI</li><li>• Regimento</li><li>• Estatuto</li><li>• Agendas e atas das reuniões de Conselho e dos NDEs e demais órgãos colegiados</li><li>• Relatórios das atividades de formação continuada docente</li><li>• Relatórios do Núcleo de Tecnologia Educacional</li><li>• Relatório de avaliação das áreas administrativas</li><li>• Resultados das autoavaliações</li><li>• Relatórios RH; plano de carreira docente e discente</li><li>• Relatórios Contábeis e Financeiros</li></ul>
	Sexta Dimensão: Organização e Gestão da Instituição		
	Décima Dimensão: Sustentabilidade Financeira		
<b>Eixo 5:</b> Infraestrutura Física	Sétima Dimensão: Infraestrutura Física	<ul style="list-style-type: none"><li>• Análise documental e estatística</li><li>• Questionários</li><li>• Visitas</li><li>• Observações in loco</li><li>• Entrevistas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Resultados das autoavaliações</li><li>• PDI</li><li>• Atos administrativos</li><li>• Laudos técnicos das condições ambientais de trabalho</li><li>• Relatório da biblioteca</li><li>• Relatório da TI</li><li>• Relatório da ocupação do espaço físico</li><li>• Cumprimento das obrigações trabalhistas</li><li>• Alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais</li></ul>

O processo de avaliação da **Escola** deve permitir a identificação dos pontos fortes e das fragilidades institucionais, possibilitando a indicação de ações e medidas corretivas, para promover a qualidade da Instituição.

Quanto à periodicidade, a avaliação dos cursos e das práticas pedagógicas de Graduação e Pós-graduação Lato Sensu (presencial e na modalidade EaD) ocorrem semestralmente. A avaliação Institucional, com a participação dos principais agentes envolvidos com a **Escola**, também é contemplada no processo semestral. No processo avaliativo das práticas pedagógicas, cada ator envolvido (estudante, professor, coordenador, diretor) se autoavalia e avalia os aspectos próprios do processo de ensino-aprendizagem, além de avaliar os serviços e instalações oferecidos e outros indicadores institucionais que





interferem direta ou indiretamente no curso. Já a avaliação dos funcionários técnico-administrativos ocorre anualmente, no final do ano letivo

Para garantir a confidencialidade do processo avaliativo, a **ESP**, por meio de fornecedor externo, envia um *link* individualizado, por e-mail, pelo qual a pessoa, ao responder, alimenta um banco de dados que será tratado pela CPA, sem acesso aos dados pessoais.

Os resultados são sintetizados em infográficos e apresentados e discutidos com o corpo discente, por meio de seus representantes e/ou em fóruns específicos, com a finalidade de expor os resultados e apresentar as ações já realizadas com base na última avaliação, além de coletar sugestões para um novo plano de ações.

Para os coordenadores e diretores, são enviados relatórios analíticos de seus cursos, para que sejam elaborados plano e ações para melhoria contínua das práticas pedagógicas, dentre outros aspectos relativos ao ensino/aprendizagem. As respostas às questões institucionais e de infraestrutura são encaminhadas para as respectivas áreas responsáveis pelo desenvolvimento do plano e das ações.

Os planos são encaminhados para a CPA, que os consolida em um relatório único e acompanha o desenrolar das ações junto com as áreas competentes e a Diretoria Acadêmica. As respostas do corpo técnico-administrativo seguem o mesmo processo de análise, divulgação e acompanhamento das ações. Todos os resultados e o relatório final da CPA ficam disponibilizados no *site* da instituição.

A **Escola** vislumbra a Avaliação Institucional não somente como um instrumento diagnóstico, mas como um importante processo de gestão, já que seus resultados possibilitam que a Instituição desenvolva ações de cunho estratégico, que podem permear seu Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI).

### **Participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa em conformidade com o SINAES**

A Diretoria Acadêmica, as coordenações e gerências/lideranças administrativas assumem, nesse processo, um papel muito importante para a realização da avaliação. Como responsáveis pela Faculdade e seus cursos, bem como pelas áreas administrativas, esses gestores são os principais apoiadores acadêmicos e administrativos, seja na construção do projeto seja na viabilização e concretização da autoavaliação. A participação é incentivada por meio de comitês, reuniões e seminários, que dão os rumos e tomam decisões relativas ao andamento do programa e do processo avaliativo. A **Escola** procura conduzir os processos de forma a torná-los participativos, envolvendo representantes das diversas áreas, nas diversas etapas do processo.

### **Análise e Divulgação dos Resultados das Avaliações Internas e Externas**

A **Escola** compreende a avaliação como sendo um processo diagnóstico e de formação e, portanto, a cada etapa do processo deve-se elaborar relatórios analíticos que permitam tomadas de decisão corretivas e/ou ações preventivas, com objetivo da melhoria contínua dos processos da Instituição.





Os dados coletados na primeira fase do processo, ou seja, na avaliação das dimensões, a partir de informações objetivas e organizadas, são compartilhados com os atores envolvidos, a fim de proporcionar à Instituição elementos e indicações capazes de proporcionar melhorias e adequação das políticas institucionais com relação aos aspectos detectados.

A CPA define, em conjunto com a área de Comunicação e as coordenações de curso, as estratégias para divulgação e discussão dos resultados no âmbito dos cursos, programas e áreas administrativas.

Tanto para a modalidade presencial quanto para a EaD, a CPA promove reuniões com os representantes de turma para discussão dos resultados, bem como inserção em sala de aula, com apoio dos docentes e coordenadores/as de curso, para discussão dos resultados e apresentação das ações realizadas decorrentes da autoavaliação.

A divulgação do relatório geral desta fase – autoavaliação institucional - acontece em encontros de professores, seminários e reuniões organizadas para esse fim, bem como está disponível para a comunidade interna e externa, servindo também de subsídio à avaliação externa.

A CPA realiza reuniões de apresentação dos resultados da pesquisa com o corpo administrativo e os gestores da área, que previamente são comunicados dos resultados e orientados a discutir e desenvolver um plano de ação para melhoria.

A síntese construída nesse processo - apontando pontos fortes e fracos e possíveis encaminhamentos de sugestões de medidas/ações de melhorias - é encaminhada à Diretoria Executiva e à Diretoria Acadêmica.

Resultante desse processo, os pareceres e eventuais recomendações são também apresentados aos órgãos executivos superiores e, posteriormente, às lideranças acadêmica e administrativa da Instituição. Compete à instância superior da Instituição a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas acadêmicas e revisão de práticas institucionais que o processo avaliativo sugerir.

### 2.2.3 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva no âmbito de cada curso e é integrado pelos seguintes membros: Coordenador do curso, como seu Presidente; todos os docentes vinculados ao curso; representante do corpo de tutores que atua no curso; representante dos egressos, quando houver; representante do corpo técnico-administrativo; e dois representantes discentes.

Compete ao Colegiado de Curso: acompanhar técnica e pedagogicamente o trabalho dos professores do curso, no ensino, na pesquisa e na extensão, observando as recomendações dos demais órgãos envolvidos; aprovar medidas para o aprimoramento do ensino-aprendizagem, na busca constante da excelência no curso; acompanhar continuamente o processo de aprendizagem do corpo discente e a atuação do corpo





docente no local de oferta do curso: rendimento de turmas, dificuldades dos alunos, resultados gerais de avaliações docentes, entre outros; opinar sobre a matriz curricular do curso e eventuais propostas de reformulação; aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso e alterações nas ementas e carga horária de disciplinas; atualizar o perfil profissiográfico do curso sempre que solicitado; contribuir com proposições de acordos, parcerias, convênios e realização de eventos de caráter científico, técnico, artístico e cultural; propor e aprovar atos normativos gerais referentes a assuntos acadêmicos de sua competência, em conformidade com as normas vigentes; propor e opinar projetos de pesquisa, extensão e de cursos; Estabelecer as diretrizes gerais e propor mudanças no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE); contribuir com a construção do PPI, PDI e orçamento, no âmbito do curso; propor guias e normas de funcionamento acadêmico referentes a estágios, TCC, atividades complementares, bem como de outros programas acadêmicos; propor normas de funcionamento dos núcleos de prática do curso; aprovar normas e guias de funcionamento acadêmico no âmbito do curso; apreciar as recomendações do Núcleo Docente Estruturante, sobre assuntos de interesse do curso; contribuir com sugestões e propostas aos coordenadores, de forma contínua, nas decisões pedagógicas e administrativas, consideradas as demandas do corpo docente, do corpo discente e de suas representações: solicitações dos alunos quanto às mudanças curriculares, práticas pedagógicas, problemas no curso, infraestrutura, entre outros; realizar o processo para substituição ou afastamento de um membro do colegiado (quando for necessário); zelar pelo cumprimento da Ética institucional e pelo cumprimento da legislação em vigor; cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral, Regulamentos e decisões emanadas dos órgãos superiores; e Solucionar, nos limites de sua competência, os casos omissos e as dúvidas que surgirem na aplicação.

#### 2.2.4 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto pelo Coordenador do curso, seu presidente; um mínimo de cinco docentes pertencentes ao corpo docente do curso; pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral. A indicação dos representantes docentes é feita pelo coordenador do curso, com aprovação da Diretoria Acadêmica, para um mandato de três anos, com possibilidade de recondução.

O NDE tem como competência contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho, atualização da área, a adequação das cargas horárias, a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciando o curso dentro da área profissional e induzindo o contato com





conhecimento recente e inovador; promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico, considerando a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total, a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e os elementos inovadores ao cumprimento dos conteúdos curriculares e metodologia de ensino; conduzir os trabalhos de reestruturação curricular e promover a atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, incluindo Projetos, Estágios, TCC e Atividades Complementares, para aprovação no Colegiado de curso, quando houver, ou o Conselho da Mantida, sempre que necessário; analisar as indicações de bibliografias básica e complementar dos cursos, sugerindo alterações ao Colegiado de Curso, quando for o caso; supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Conselho Acadêmico e pela Comissão Própria de Avaliação; analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares, bem como promover atualização dos mesmos; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os respectivos cursos de graduação.

## 2.3 Órgãos Deliberativo-Executivos

São órgãos deliberativos-executivos acadêmicos da **Escola** a Diretoria Acadêmica, Coordenação de Curso, Coordenação de Pesquisa e Extensão e Coordenação de Pós-Graduação.

### 2.3.1 Diretoria Acadêmica

A Diretoria Acadêmica, órgão executivo de coordenação e de supervisão, tem como responsável pelas suas atividades o Diretor, designado pela Mantenedora para um mandato de dois anos, permitida a recondução.

O Diretor Acadêmico tem como atribuições: nomear os coordenadores de cursos, de extensão, de pesquisa e de pós-graduação; supervisionar e acompanhar o trabalho dos coordenadores no âmbito das dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da pós-graduação; acompanhar, com os coordenadores de curso, indicadores tais como evasão, inadimplência, frequência, reprovação, avaliação docente, entre outros; analisar e apresentar propostas de novos cursos de graduação, pós-graduação e extensão e de programas e projetos de pesquisa, inclusive no âmbito da gestão acadêmica, para aprovação do Conselho Acadêmico; supervisionar propostas educacionais novas, visando ao contínuo aperfeiçoamento da qualidade das atividades acadêmicas; participar e incentivar os docentes a se aperfeiçoarem por meio da participação em eventos acadêmico e redes de pesquisa, tais como simpósios, congressos, intercâmbios, entre





outros; coordenar as atividades relativas ao Processo Seletivo; conferir grau, assinar diplomas, títulos e outros documentos escolares; delegar a representantes do corpo docente e técnico-administrativo parte de suas atribuições; dirigir os processos de seleção de docentes, quando houver; propor política de acompanhamento de egressos, em conjunto com a área de Comunicação; convocar e presidir as reuniões do Conselho Acadêmico; participar da elaboração do calendário acadêmico e elaborar e acompanhar o planejamento acadêmico; coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como a divulgação dos mesmos; cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e demais normas pertinentes; e exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei, no Estatuto da Mantenedora ou solicitadas pelos órgãos competentes.

### 2.3.2 Coordenação de Curso

A Coordenação de Curso é órgão executivo, auxiliar da Diretoria Acadêmica e responsável pela supervisão de cada um dos cursos de graduação da **Escola**, nas modalidades presencial e a distância.

O coordenador de curso é nomeado pelo Diretor Acadêmico para um mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. O coordenador de curso tem as seguintes atribuições: executar as ações relativas às diretrizes acadêmicas do Projeto Pedagógico Institucional e de Curso; estimular práticas de pesquisa, iniciação científica e extensão junto aos corpos docente e discente; promover e coordenar atividades de natureza acadêmico-pedagógica e conjuntas entre os cursos, por meio do engajamento dos docentes e estudantes em torno de projetos e programas de interesse da comunidade; realizar entrevista com estudantes que pretendam trancar ou cancelar sua matrícula, bem como acompanhar a frequência e convocar estudantes que não estejam comparecendo à faculdade, visando a qualificação da evasão; acompanhar as atividades relativas ao processo seletivo, participando também das campanhas de divulgação do curso e de atividades de extensão; convocar e presidir as reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE); acompanhar o trabalho acadêmico docente em atividades de apoio à formação discente como trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica, atividades acadêmicas complementares, seminários, estágio supervisionado, monitorias, mentoria, e no ambiente virtual de aprendizagem, quando aplicável; elaborar e acompanhar as atividades curriculares de extensão e pesquisa, em conjunto com a coordenação de pesquisa e extensão; apresentar relatório sobre o perfil dos estudantes ingressantes; orientar a seleção de livros e periódicos necessários para aquisição, respeitando os prazos e os procedimentos para seleção determinados pela Biblioteca; participar da elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como estimular o corpo docente a integrar essa colaboração; coordenar e supervisionar a implementação, com o NDE, do Projeto Pedagógico do Curso (PPC); acompanhar os processos de avaliação internos e externos; elaborar e submeter à aprovação da Diretoria Acadêmica o plano do curso, especificando objetivos, sistemáticas





e calendário das atividades previstas, a cada semestre; planejar, supervisionar e orientar a execução das atividades de seleção e admissão de pessoal no âmbito de sua coordenação; elaborar relatório mensal e realizar reuniões ordinárias com a Diretoria Acadêmica, e extraordinárias, quando e se necessário; e representar o curso perante as autoridades educacionais.

### 2.3.3 Coordenação de Pesquisa e Extensão

A Coordenação de Pesquisa e Extensão é instância de operação da política de pesquisa e de extensão, para fins de articular essas duas dimensões da tríade universitária ao ensino, sob o princípio da indissociabilidade e sob a visão de seus vínculos orgânicos com o processo de formação. Os valores que orientam sua atuação seguem discriminados em item próprio, neste documento.

A Coordenação é formada por um coordenador; um profissional, com formação acadêmica, para programar e organizar a oferta de cursos livres e oficinas de natureza complementar e de atualização da formação oferecida nos bacharelados; de um professor elaborador de estratégias e ações voltadas ao diálogo sociocultural e de dois estagiários de apoio à produção das atividades.

Integra-se às ações dessa Coordenação, de modo independente, mas integrado, no que diz respeito a atividades cunhadas como de extensão sociocultural, a programação que se desenvolve no âmbito do Espaço Cultural Sociologia e Política.

O coordenador de Pesquisa e Extensão tem as seguintes atribuições: programar e organizar a oferta de cursos livres e oficinas de natureza complementar e de atualização da formação oferecida nos bacharelados; elaborar estratégias e ações voltadas ao diálogo sociocultural; elaborar e acompanhar as atividades curriculares de extensão e pesquisa, em conjunto com as coordenações de curso; estimular práticas de pesquisa, iniciação científica e extensão junto aos corpos docente e discente; garantir a extensão sociocultural e sua programação para desenvolvimento no âmbito do Espaço Cultural Sociologia e Política; planejar, supervisionar e orientar a execução das atividades de seleção e admissão de pessoal no âmbito de sua coordenação; promover e coordenar atividades de natureza acadêmico-pedagógica e conjuntas entre os cursos, por meio do engajamento dos docentes e estudantes em torno de projetos e programas de interesse da comunidade; elaborar relatório mensal e realizar reuniões ordinárias com a Diretoria Acadêmica, e extraordinárias, quando e se necessário; elaborar e submeter à aprovação da Diretoria Acadêmica o calendário das atividades previstas, a cada semestre; participar da elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como estimular o corpo docente a integrar essa colaboração; planejar, supervisionar e orientar a execução das atividades de seleção e admissão de pessoal no âmbito de sua coordenação; elaborar relatório mensal e realizar reuniões ordinárias com a Diretoria Acadêmica, e extraordinárias, quando e se necessário;





representar a Instituição perante as autoridades educacionais nas ações de pesquisa e extensão.

### 2.3.4 Coordenação de Pós-Graduação

A Coordenação de Pós-Graduação é setor recém-implantado para organizar e renovar a oferta de pós-graduação, já bastante tradicional na Escola.

O coordenador de Pesquisa e Extensão tem as seguintes atribuições: executar as ações relativas às diretrizes acadêmicas do Projeto Pedagógico Institucional e de Curso; organizar e renovar a oferta de pós-graduação; elaborar, propor, monitorar e avaliar a política de pós-graduação lato sensu na Instituição; estimular práticas de pesquisa, iniciação científica e extensão junto aos corpos docente e discente; garantir os estudos e procedimentos legais e científicos necessários para implantação de programa de mestrado; apoiar estudantes, professores e coordenadores vinculados aos cursos de pós-graduação; promover e coordenar atividades de natureza acadêmico-pedagógica e conjuntas entre os cursos, por meio do engajamento dos docentes e estudantes em torno de projetos e programas de interesse da comunidade; realizar entrevista com estudantes que pretendam trancar ou cancelar sua matrícula, bem como acompanhar a frequência e convocar estudantes que não estejam comparecendo à faculdade, visando a qualificação da evasão; acompanhar as atividades relativas ao processo seletivo, participando também das campanhas de divulgação do curso e de atividades de extensão; apresentar relatório sobre o perfil dos estudantes ingressantes; participar da elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como estimular o corpo docente a integrar essa colaboração; acompanhar os processos de avaliação internos e externos; elaborar e submeter à aprovação da Diretoria Acadêmica o plano do curso, especificando objetivos, sistemáticas e calendário das atividades previstas, a cada semestre; planejar, supervisionar e orientar a execução das atividades de seleção e admissão de pessoal no âmbito de sua coordenação; elaborar relatório mensal e realizar reuniões ordinárias com a Diretoria Acadêmica, e extraordinárias, quando e se necessário; e representar o curso perante as autoridades educacionais.

Administrativamente, conta com coordenadores específicos de cada curso ativo, o apoio da assistente da Diretoria Acadêmica e um profissional de secretaria exclusivo para apoio a estudantes, professores e coordenadores vinculados aos cursos de pós-graduação.

A oferta e avaliação de cursos é semestral, compondo um conjunto de 13 cursos e reunindo um contingente de mais de 400 estudantes ativos.

## 2.4 Órgãos de Serviços Técnico-Administrativos

São órgãos executivos de serviços técnico-administrativos: Secretaria Acadêmica; Biblioteca; serviços de apoio; serviços de tecnologia da informação; e ouvidoria





A Secretaria é o setor de coordenação e execução dos serviços escolares e de expediente, de controle de pessoal docente e discente, de expedição de documentos como certificados, atestados de matrícula e históricos escolares, e terá como responsabilidades: manter atualizada a escrituração escolar; publicar editais sobre as atividades escolares; manter atualizado o arquivo de documentos técnicos e legais; expedir a correspondência pertinente aos processos acadêmicos, mantendo organizado o arquivo relativo a expedientes; orientar e conduzir os pedidos de inscrição, matrícula, transferência e outros atos; cumprir e fazer cumprir a legislação educacional vigente; secretariar e redigir as atas de reuniões; atender autoridades educacionais, docentes, estudantes e funcionários; manter o controle de frequência do pessoal docente e técnico-administrativo e informar mensalmente ao setor de Recursos Humanos; exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Diretor.

A Biblioteca tem como responsável um profissional da área, devidamente credenciado, com as seguintes atribuições: manter o acervo físico tombado e informatizado; realizar a gestão e guarda do acervo virtual, garantindo o acesso ininterrupto pelos usuários; assegurar que o acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC; garantir a atualização do acervo bibliográfico, considerando a natureza das unidades curriculares; assegurar em conjunto do NDE, a compatibilidade em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo; garantir de acesso físico ao acervo virtual na biblioteca; manter instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet; implantar e atualizar ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem; gerenciar o acervo bibliográfico de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas; e Adotar plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Os serviços de apoio compreendem compras, almoxarifado, arquivo, manutenção e conservação de bens patrimoniais.

Os serviços de tecnologia da informação compreendem a atualização e manutenção dos *hardwares* e *softwares* do laboratório de informática, da biblioteca, das salas de aula e das demais áreas da IES.

A Ouvidoria é um órgão autônomo com atribuições estabelecidas em Regulamento próprio e jurisdição em todos os setores administrativos e acadêmicos da Instituição. A Ouvidoria configura um órgão promotor do direito administrativo de natureza unipessoal e não contenciosa como instrumento de participação, destinado a colaborar no controle administrativo da Instituição mediante a defesa dos direitos fundamentais dos membros da comunidade.

Ainda no que compete à organização administrativo-acadêmica e gestão institucional, de modo a cumprir a legislação vigente (art, 21, do Decreto 9235) e assegurar a





transparência, a **Escola** mantém, para consulta dos alunos ou interessados, o registro oficial, devidamente atualizado, dos seguintes elementos:

- I. Projeto Pedagógico de cada curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;
- II. Conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos este documento e seu Regimento;
- III. Descrição do acervo da Biblioteca em livros e periódicos, em suporte físico e virtual, por área de curso, com política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;
- IV. Descrição da infraestrutura física e virtual destinada ao curso, inclusive sobre o compartilhamento com outros cursos, quais sejam: laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação;
- V. Relação de polos de EaD, quando for o caso, com seus respectivos atos de criação, cursos e vagas ofertados, em conformidade com as informações constantes do Cadastro e-MEC; descrição da capacidade de atendimento da comunidade acadêmica, da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, com comprovação por meio de fotos e vídeos;
- VI. Relação dos ambientes profissionais, quando for o caso, com indicação dos cursos que os utilizam, explicitada a articulação com a sede e os polos EaD, quando for o caso;
- VII. Edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção, contendo as informações previstas na legislação vigente;
- VIII. Documentação de parcerias estabelecidas pela **Escola** com empresas e instituições governamentais e não governamentais.

Cabe destacar que a **Sociologia e Política** preza pela lisura de sua gestão, mantendo e monitorando os mecanismos de transparência institucional, garantindo acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa das suas políticas, possuindo instância de Comunicação Institucional específica que atua transversalmente às áreas.

Por fim, os processos de gestão institucional e a estrutura organizacional da **Escola**, apresentados neste PDI, estão em consonância com as Políticas de Gestão e traduzidos na organização acadêmica e nas relações com a comunidade acadêmica, consubstanciados nos programas institucionais, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitada a autonomia de cada órgão.





### 3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

#### 3.1 Princípios Filosóficos e Metodológicos

Os princípios filosóficos que na origem orientaram a ação educacional dos cursos da Escola de Sociologia e Política (ESP) remontam ao Manifesto de sua criação, no ano de 1933<sup>4</sup>, que aponta a necessidade de reorganização econômica e cultural do País, bem como de melhora nas condições de vida da população, objetivos que tinham por requerimento necessário a presença "de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social que vivemos"<sup>5</sup>. A partir daí, é proposta a constituição de um

centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social<sup>6</sup>.

É com esse espírito que surge a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, "importante não só por constituir-se no primeiro centro de formação sistemática de sociólogos no País, mas, sobretudo, por conceber e desenvolver essa formação através da forte associação desse mesmo ensino à pesquisa aplicada."<sup>7</sup>

Assim, em consonância com o Manifesto de criação da FESPSP, foi elaborado um Projeto Acadêmico-Pedagógico<sup>8</sup>, que tem orientado as ações de ensino ao longo dos anos. O Projeto declara como "pressuposto absoluto: crença na possibilidade de, por meio do processo escolar/educacional, interferir, aperfeiçoar a "natureza humana".

Quanto aos princípios metodológicos, a prática pedagógica da **Escola** parte da concepção de que a docência existe para que os alunos e as alunas aprendam, e de que a aprendizagem se dá por meio da difusão de conhecimentos, da interação entre sujeitos, da investigação sobre o homem e o meio, das relações entre valores e crenças, em ambiente de trabalho interativo e ativo. Os docentes são estimulados a aperfeiçoar suas práticas pedagógicas, para garantir aos estudantes uma aproximação gradativa aos diversos cenários com os quais poderão se defrontar em sua vida profissional e cidadã.

<sup>4</sup>A versão fac-similar do Manifesto está disponível em:

[http://www.fespsp.org.br/uploads/documentos/arq\\_13032013052813.pdf](http://www.fespsp.org.br/uploads/documentos/arq_13032013052813.pdf).

<sup>5</sup> Manifesto Escola Livre de Sociologia e Política, 1933, p. 1.

<sup>6</sup> Manifesto Escola Livre de Sociologia e Política, 1933, p. 1.

<sup>7</sup> Kantor; Maciel; Simões, 2009, p. 13)

<sup>8</sup> Nagle; Casalecchi, s/d





- Organizar a sala de aula, estabelecendo regras pactuadas entre docentes e estudantes de convivência democrática e respeito mútuo, o que possibilita um ambiente de ensino propício ao debate de posições, ou opiniões diversas.
- Desenvolver um sistema de convivência acadêmica que, com o esclarecimento de deveres, obrigações e expectativas, transforme-se em um "código dos direitos civis" acadêmico.
- Estimular a passagem do senso comum para o pensamento ou conhecimento científico, considerando-se que o senso comum, composto de opiniões de pessoas e de grupos, de julgamentos difusos e acríticos; alimenta-se de experiências pessoais e diretas, e é impregnado de subjetivismo. Trata-se, pois, de introduzir argumentação regrada, trabalhar a metodologia autocorretiva, desenvolver a objetividade e o espírito crítico.
- Desenvolver o ofício de estudante, um artesanato intelectual resultante do aprendizado dirigido, que proporciona aos jovens autonomia e emancipação. Esta orientação envolve: a relação entre professores e aprendizes; a preocupação com um estilo de execução do trabalho e sua qualidade; a força da organização, que inclui trabalho coletivo; e a recusa do trabalho em série e à massificação industrial. Nessa concepção, o ofício incorpora o estudo das ciências, com desdobramentos no domínio da descoberta, da invenção e da inovação

### 3.2 Concepções Referenciais do Projeto Pedagógico Institucional

A organização didático-pedagógica das unidades mantidas pela **Escola** visa contemplar princípios e diretrizes institucionais da **Sociologia e Política** em seu contínuo processo de atualização, que se dá em atenção às mudanças em curso na sociedade, nos mercados de trabalho e nos setores ocupacionais, com a correspondente revisão epistemológica dos campos de conhecimento em que atua, as ciências sociais aplicadas, e no planejamento dos itinerários formativos, com suas matrizes curriculares e planos de aula. Acresce a essas mudanças a realidade de progressivo decréscimo do número de ingressantes nas carreiras oferecidas pela Instituição e, mais recentemente, do número de candidatos à educação superior.

Em resposta institucional a esse contexto, tornado mais adverso em razão da pandemia, o Programa Sociologia e Política do Futuro considerou a necessidade de revisar e fortalecer a identidade da **Escola**, retomando e reforçando a dimensão aplicada das ciências sociais presente em sua origem, na década de 1930, e promovendo mudanças na oferta de opções educativas e itinerários formativos aos interessados em formação superior no campo das ciências sociais aplicadas, as quais impactariam, principalmente, os cursos de graduação e de pós-graduação, a orientação da investigação científica e a aplicação da extensão.





Nessa vertente, o ensino, orientado pelo princípio de sua indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, deve acontecer por intermédio da associação de constante aperfeiçoamento dos métodos desenvolvidos em sala de aula e de introdução de cargas consideráveis de trabalhos de campo, nos quais o aluno se confronte com problemas tangíveis da vida social e, sempre orientado por docentes, aplique os conhecimentos na compreensão e na proposição de soluções para tais problemas.

Com base nessa perspectiva, foram traçados objetivos caracterizados:

- pelos vínculos que estabelecem com a direção estratégica projetada pelo Programa Sociologia e Política do Futuro, tomado como Projeto Político-Pedagógico da Instituição;
- por articularem ações a serem desenvolvidas nas distintas dimensões de atuação da área acadêmica e desta com outros âmbitos institucionais;
- por se orientarem pelo princípio da sustentabilidade, tanto econômico-financeira quanto simbólico-cultural;
- por referenciar as ações e relações institucionais no princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão;
- por envolverem esforços conjugados e orgânicos da graduação e da pós-graduação, dos MBAs, da Secretaria Acadêmica, da Biblioteca, dos setores de extensão e pesquisa (Coordenação de Pesquisa e Extensão), tecnologia educacional (Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância) e editoria científica (Editora Sociologia e Política);

No que diz respeito às interfaces de natureza institucional, destaca-se o alinhamento aos seguintes objetivos estratégicos: a) superar fragmentação institucional, fortalecendo a visão orgânica da **Escola**; b) superar a disciplinarização, promovendo a interdisciplinaridade, a interculturalidade e a diversidade, em especial pelo trânsito de estudantes entre disciplinas dos diversos cursos, pela extensão e pesquisa curricularizadas e por itinerários de formação constituídos de currículos abertos e flexíveis; c) planejar a presença da **Escola**, de seus cursos e de seus docentes no debate público (mídia política e social, em especial), e a atração de novos estudantes de escolas públicas e privadas de ensino médio, de cursos pré-vestibulares e de públicos que buscam segunda formação ou especialização, consolidando a **Escola** como um ambiente acadêmico de formação continuada; c) estabelecer um relacionamento produtivo entre as áreas acadêmica e de projetos, pautado na presença e interação da área acadêmica nos projetos e no aproveitamento, por ambas as áreas, das inteligências geradas; e) alcançar abrangência e reconhecimento da marca acadêmica Sociologia e Política – Escola de Humanidades, em âmbito nacional e internacional, em especial pela oferta de cursos nas modalidades a distância e remota e pela presença em grupos de pesquisa interinstitucionais; f) integrar professores, estudantes e setores específicos (tecnologia educacional, biblioteca, extensão, pesquisa, editoria científica) na construção do projeto Espaço Cultural Sociologia e Política.





## 3.3 Inserção Regional

A Sociologia e Política tem sua única unidade educacional e a sede de sua mantenedora na cidade de São Paulo, mais precisamente na Vila Buarque, bairro central da cidade. Não possui outro campus, conforme item 1.5. deste PDI.

A implantação da modalidade EAD potencializará a migração de ofertas pedagógicas para outras praças, gradativamente ampliando a presença e repercussão da Escola no Brasil e no exterior, bem como seus intercâmbios e parcerias institucionais e internacionais no ensino, na pesquisa e na pós-graduação.

## 3.4 Política de Ensino

### 3.4.1 Graduação

#### Objetivos Gerais

- Ampliar a capacidade de atração de novos alunos de graduação e pós-graduação, por meio da oferta de novos cursos, presenciais ou EaD, bem como pela requalificação dos atualmente existentes.
- Fortalecer os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino.
- Incorporar avanços tecnológicos e com metodologia que incentiva a interdisciplinaridade, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.
- Aprofundar o Projeto Escola conforme item 1.7, por meio da revisão da matriz curricular e dos planos pedagógicos de curso, o que implica:
  - Curricularizar a pesquisa e a extensão, consolidando tais dimensões como parte integrante do itinerário de formação do estudante, em atendimento às diretrizes do MEC.
  - Implantar novos cursos de graduação centrados nas áreas de formação de professores (licenciaturas), formação superior tecnológica e bacharelado interdisciplinar, e de pós-graduação, inclusive de MBAs.
  - Implantar novos e atuais cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância e, sob planejamento estrito, na modalidade híbrida.

#### **Ações, objetivos específicos e metas:**

- Incremento do número de ingressantes nas atuais graduações, gradualmente dobrando o número de novos estudantes dos últimos cinco anos, da média de 100 para 200 estudantes por ano;





- Redimensionamento do quadro docente, para adequar a relação entre a quantidade de professores e estudantes aos objetivos e itinerários de formação.
- Revisão dos contratos de trabalho, para compor, progressivamente, um quadro docente estável.
- Práticas de elevação acadêmica dos professores, para promover a formação continuada docente.
- Ampliação da oferta de cursos, com a implantação de 7 novos cursos superiores tecnológicos e da modalidade EAD dos 3 atuais bacharelados.

A criação, autorização e implantação de 10 novos cursos, em uma primeira fase – registro do protocolo de autorização no primeiro semestre de 2021 –, e contempla:

- Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade EaD, vinculados mais diretamente ao bacharelado de Administração: 1) Gestão em Recursos Humanos, 2) Gestão Financeira, 3) Marketing, 4) Gestão Comercial e 5) Logística. Cada um desses cursos proporá a abertura de 200 vagas anualmente.
- Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade EaD, na área de Ciências Sociais, vinculados ao bacharelado de Biblioteconomia e Ciência da informação, e de Sociologia e Política: 6) Gestão de Patrimônio Cultural e 7) Educador Social. Cada curso estará apto a ofertar 200 vagas anualmente.
- Cursos na modalidade EAD na área de Ciências Sociais Aplicadas, abrangendo os três bacharelados existentes: 8) Sociologia e Política; 9) Biblioteconomia e Ciência da Informação; e 10) Administração. Serão ofertadas 200 vagas por curso a cada ano.

Numa segunda fase, prevista para o primeiro semestre de 2022, estão em elaboração as propostas dos cursos: i. Licenciatura Interdisciplinar em Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, incorporando nova oferta de formação na área de Educação (formação de professores), vinculando-a aos atuais bacharelados; ii. cursos na modalidade Superior Tecnológico de Gestão de Pesquisas ou Gestão de Redes Sociais, vinculando-os aos três atuais bacharelados. Esses cursos proporão a abertura de 200 vagas cada um deles.

- Fortalecimento do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), para organizar e qualificar as experiências de uso educativo dos meios e das modalidades de educação a distância, ensino remoto e híbrido. A estrutura de gestão do NEAD já foi ampliada para dois profissionais e um tutor, diretamente vinculados à monitoria dos cursos na modalidade ensino remoto e para a construção do modelo de educação a distância dos novos cursos.





## 3.4.2 Pós-graduação

**Objetivo geral:** Implantar política de pós-graduação (*lato sensu*) voltada à avaliação da oferta de cursos, à garantia de sua qualidade, à prospecção de público e à avaliação de resultados, integrando-a aos demais setores acadêmicos.

Ações, objetivos específicos, e metas:

- Constituição de uma coordenação-geral de pós-graduação, para avaliar oferta e desempenho dos cursos, propor novas ofertas e estabelecer interação de produtos acadêmicos.
- Lançamento de novos cursos *lato sensu*, para diversificar a oferta, com a abertura de dois novos cursos a cada ano, com a previsão de evoluir em um terço o atual número de 390 cursistas ativos para 500 estudantes;
- Lançamento de novo MBA, para o fortalecimento da presença da **Escola** nesse formato acadêmico, evoluindo de 3 para 4 cursos.
- Implantação de uma linha de cursos de pós-graduação na modalidade EAD, para diversificar a oferta e ampliar o número de estudantes.
- Desenvolvimento de metodologia de avaliação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e de MBAs., para avaliar oferta, desenvolvimento e resultados.
- Desenvolvimento de metodologia de prospecção de mercado para cursos de pós-graduação, para qualificar a oferta.
- Manter a ação de aprovação dos cursos ofertados pelos colegiados da IES.
- Atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da Instituição.
- Articulação da oferta dos cursos *lato sensu* com as áreas da graduação.
- Manter a qualificação docente com mais de 50% dos docentes mestres ou doutores.
- Implementação de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

## 3.4.3 Editora Sociologia e Política

**Objetivo geral:**

Estabelecer política editorial e respectivos organismos editoriais.

**Ações, objetivos específicos e metas:**

- Proposição de linha editorial e de organismos editoriais, para promover produtos editoriais culturais e científicos próprios, bem como avaliar demandas de publicação encaminhadas à Editora.





- Proposição de linha editorial para o lançamento de periódico científico na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com a organização de Conselho Editorial de representação internacional e nacional.
- Criação de uma linha de *ebooks* sob denominação “Debates Contemporâneos”, para fins de constituir bibliografia atualizada para os cursos de graduação e de pós, no uso dos debates realizados na Instituição, com a meta de produzir 2 fascículos por ano.
- Criação do selo “políticas públicas”, para publicar livros em formato *ebook* e/ou alimentar revista científica própria, constituindo bibliografia especializada e atual para os cursos de graduação e pós, com meta de produzir um livro por ano.

### 3.4.4 Secretaria Acadêmica

A reestruturação e otimização nas atividades realizadas pela Secretaria Acadêmica é um objetivo constante da IES. A proposta para manter-se o dinamismo na realização das atividades do setor, considerando o período de pandemia (março/2020 e 2021), e a adaptação e aplicação da infraestrutura tornou-se necessária para a realização das atividades operacionais.

O departamento é responsável pelo atendimento de docentes e discentes e para a certificação curricular; dessas atividades precípuas decorre a função, não menos importante, de organização e centralização dos dados documentais de procuradoria institucional. Por esse motivo, a capacitação dos colaboradores para a utilização de ferramentas que auxiliem no atendimento remoto e aprimorem as funções da Secretaria torna-se ainda mais necessária. A implantação de um sistema acadêmico integrado, TOTVS, implantado no final do ano de 2019, contribuiu consideravelmente para a realização do trabalho remoto, possibilitando a integração das informações de responsabilidade da Secretaria e de sua interface com as informações de outros departamentos.

Para tanto, foi realizada a digitalização dos documentos administrativos, financeiros e acadêmicos, facilitando o fluxo das demandas institucionais, em especial na solicitação e no atendimento de serviços on-line. A perspectiva de aumento da demanda de serviços digitais tem agilizado o processo de capacitação e treinamento dos colaboradores, tornando-o uma prioridade do período 2021 a 2025.

#### **Ações, objetivos específicos e metas:**

- Revisão de fluxos e procedimentos, funções e responsabilidades, para aprimorar as respostas do setor às demandas docentes, discentes, de auditoria e de órgãos educacionais.
- Aprimoramento do atendimento e dos serviços on-line e da capacitação do corpo funcional para utilizar com competência as ferramentas e plataformas digitais.





- Organização e disponibilização da documentação institucional, pareceres e relatórios oficiais, para qualificar a função de procuradoria institucional.
- Adoção de novas funcionalidades do programa Totvs, para adequar às necessidades da Secretaria.

### 3.4.5 Biblioteca

#### Objetivo geral

A **Escola** concebe, como partes de seu projeto pedagógico, atividades setoriais que interagem com as atividades estritamente de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação. Dessa forma, o Programa Sociologia e Política do Futuro elencou objetivos para essas áreas.

Nesse contexto, a Biblioteca se propõe a prover suporte às atividades pedagógicas em aliança estratégica com as coordenações de curso e seus núcleos docentes estruturantes, com as coordenações de Pesquisa e Extensão e de Pós-graduação, com a editoria científica e o Núcleo de Tecnologia Educacional, além das diretorias de Projetos e de Comunicação e o Espaço Cultural. Isso implica promover diferentes ações de relacionamento acadêmico e socio-comunitário visando o desenvolvimento da pesquisa, da extensão e do ensino, por meio da expansão da área física, da ampliação do acesso a materiais e do tratamento de fontes para eventos culturais, sociais, científicos, políticos e institucionais.

Com a incursão na modalidade EAD, está planejada a contratação de biblioteca virtual, bem como um sistema articulado de referências bibliográficas.

#### Ações e objetivos específicos:

- Organizar e disponibilizar a bibliografia selecionada para o ensino e a pesquisa;
- Implantação da biblioteca virtual;
- Participar de planejamentos de processos e atividades de extensão pedagógica e cultural;
- Promover aproximação e interação com as comunidades acadêmica e local contribuindo com o desenvolvimento da leitura e da pesquisa;
- Estabelecer laços com a realidade social e as atividades pedagógicas da Escola.

A Biblioteca caracteriza-se como sendo uma biblioteca universitária, tendo como áreas de conhecimento: Ciências Sociais, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Administração. Está dividida em Central e Histórica, e seu acervo integrado compreende, de maneira abrangente, o patrimônio acadêmico e histórico da instituição. O acervo atualmente reúne 23.743 títulos e 32.576 exemplares de livros; 736 e-books de domínio público; 38 Normas técnicas (ABNT/ISO); 107 Teses; 309 Dissertações; aproximadamente





1500 trabalhos de conclusão de curso disponíveis para consulta on-line; 13 assinaturas de periódicos; 03 assinaturas de jornais; e 1337 títulos de filmes em DVD.

A atualização e expansão do acervo se dá a partir da Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC), pela qual se propõe a seleção sistemática de títulos alinhadamente ao NDE, composto por docentes e coordenadores de cursos, que estabelece critérios de adequação de material educacional e indicações bibliográficas. A quantidade mínima a ser adquirida de bibliografia básica e complementar são observadas a partir dos indicadores do Ministério da Educação (MEC).

Os serviços e produtos da Biblioteca estão relacionados às práticas acadêmicas e institucionais como um todo e estão distribuídos em:

- Serviços de informação e referência;
- Serviços de pesquisa e recuperação da informação;
- Disseminação Seletiva da Informação (DSI);
- Orientação às pesquisas individuais ou em grupo;
- Instrução e orientação à normalização de trabalhos acadêmicos;
- Capacitação para uso do acervo da biblioteca;
- Serviços de circulação;
- Empréstimo entre bibliotecas (EEB);
- Preparação técnica e física de materiais para armazenamento e uso;
- Manutenção e preservação das coleções e do conjunto de documentos acadêmicos.

A gestão do Centro de Documentação (CEDOC) é feita pela Coordenação da Biblioteca, por sua bibliotecária-chefe. O acervo reúne uma massa documental em fases permanente e intermediária, em função das atividades acadêmicas, institucionais e administrativas.

### **Equipamentos da Biblioteca**

A Biblioteca da **Escola** conta com 16 computadores sendo: dois para o processamento técnico; três para o atendimento ao público; dois terminais para a consulta ao catálogo on-line; sete disponíveis ao público, com acesso à internet e pacote Office, e dois para coordenação da biblioteca.

A Biblioteca possui ainda quatro leitores de código de barras; uma impressora multifuncional; e um scanner planetário.

### **Pessoal técnico-administrativo**





A Biblioteca conta com o seguinte quadro de pessoal técnico administrativo: uma bibliotecária coordenadora; um bibliotecário; uma auxiliar de biblioteca; dois estagiários, e um jovem aprendiz.

**Horário de funcionamento:** A Biblioteca fica aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 21:30h, e aos sábados, das 9:00h às 14:00h.

### 3.4.6 Política de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

A **Escola**, desde sua fundação, está comprometida com ações que visam o respeito à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, que são apoiadas pela sua política, que estabelece a definição para cada um desses temas, conforme segue:

**Diversidade:** multiplicidade e interação de diversas culturas, em diferentes perspectivas: raça, gênero, orientação sexual, deficiência e religião. O tratamento conceitual da diversidade compõe elemento curricular dos cursos e sua expressão prática se manifesta na programação do Espaço Cultural e nos relacionamentos institucionais e acadêmicos, em especial no âmbito da extensão sociocultural.

**Meio Ambiente:** conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. (LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981).

**Memória Cultural:** relaciona-se aos documentos que constituem a herança cultural e contêm informações sobre experiências passadas. O projeto do Repositório Institucional, como estrutura de guarda da produção documental e acadêmica, e a criação do Espaço Cultural, como locus de organização de atividades científico-culturais e artístico-culturais em interação com a área acadêmica, relacionam-se a esse escopo. Ademais, a própria existência do “Casarão”, sede da Instituição desde os anos de 1950, constitui patrimônio arquitetônico e histórico tombado e será objeto de ações de reforma e restauro.

**Produção Artística:** conjunto de obras, produtos, projetos, documentação, registros ou serviços realizados pelo indivíduo ou pelo grupo e que produz uma ação cultural ou artística. Essa produção ganhará maior abrangência e frequência com a existência do Espaço Cultural, somando-se a iniciativas de produção artística e cultural realizadas na Escola pelo Cineclubes Darcy Ribeiro, com apresentação e debate de obras cinematográficas, em especial a produção nacional; programas para rádio, TV e internet, a partir da TV FESP (ou Sociologia e Política, a definir); mostras e eventos acadêmicos, entre outros.

**Patrimônio Cultural:** conjunto de bens materiais e imateriais, com reconhecida importância histórica e cultural, representativos da cultura de uma localidade, de um grupo ou de uma sociedade. O Casarão volta a se firmar, aqui, como exemplo concreto do relacionamento com essa temática, ao qual se somam ações de mapeamento cultural





do território de entorno da Escola, oferta de cursos livres nas áreas de Patrimônio e Museologia e a interação, por protocolo de cooperação interinstitucional, com a Escola da Cidade, que ministra Urbanismo e Política Urbana.

Em síntese, as diretrizes da política de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural constituem-se no fomento e realização de ações artístico-culturais e científico-culturais que se desenvolvem em suas unidades e que também fazem parte dos currículos dos cursos, de modo transversal.

Vale-se, ainda, da interação, parceria e diálogo com a comunidade interna e externa, visando identificar os potenciais básicos para desenvolvimento de projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, assim como na garantia da inserção do nome social no registro discente no Sistema Acadêmico.

A política em questão, assegura, ainda que temas relacionados à Educação Ambiental, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, sejam abordados em disciplinas dos cursos ofertados em combinação com a inserção do tema em outras disciplinas, transversalmente ao currículo.

Do mesmo modo, estabelece a promoção das ações de responsabilidade social que envolvam o reconhecimento e valorização da região na qual a Escola está implantada, fortalecendo a identidade cultural e histórica da região; a atuação junto à comunidade acadêmica para disseminação e promoção da ética e da cidadania; e a efetivação de ações que atendam aos assuntos sociais, à formação de lideranças, desenvolvimento de oportunidades, integração de pessoas com projetos acadêmicos alinhados com o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

Todas essas ações se vinculam tanto à Política de Extensão, em atenção à Resolução CNE 7/2018, quanto à perspectiva programática do Espaço Cultural. Desse modo, as ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural constituem a prática pedagógica valorizada pela Instituição e corrobora para o desenvolvimento de habilidades profissionais, a partir da transversalidade curricular desses temas e das oportunidades nas quais os estudantes aplicarão seus conhecimentos teóricos em situações práticas, desenvolvendo competências profissionais inerentes ao projeto pedagógico do curso e ampliando as competências do egressos.

### **3.4.7 Política para Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial**

A Responsabilidade Social, com o viés da inclusão social está relacionada ao acesso de todos aos benefícios oferecidos pela sociedade, tendo como base o respeito às diferenças, o exercício da cidadania e a dignidade humana. Refere-se, portanto, às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade





racial e a orientação sexual, sendo o princípio do respeito à diversidade o que mais atende a questão da inclusão social.

A Política de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial da **Escola** tem por objetivo a defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, a defesa dos direitos à igualdade étnico-racial, a busca da igualdade de gênero, a garantia dos direitos das pessoas com necessidades específicas, bem como a diminuição da desigualdade social e o combate a todo tipo de discriminação e preconceito. Para isso, contempla como diretrizes para inclusão e ações afirmativas a promoção da inclusão e da acessibilidade plena às pessoas com deficiência; o desenvolvimento de projetos voltados à melhoria da qualidade e permanência dos estudantes com deficiência; a proposição de ações inclusivas de atenção e acolhimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), desenvolvendo práticas que otimizem a permanência e favoreçam o aprendizado desses estudantes; e o fomento de ações e projetos em parceria com diversos cursos visando ao atendimento amplo e multidisciplinar da pessoa com deficiência e outros transtornos.

A referida política assegura que o tema das ações afirmativas esteja presente de forma transversal e articulada com os conteúdos, práticas e ações em todos os cursos ofertados pela Instituição e que a sensibilização da comunidade acadêmica ocorra por meio de ações e eventos que discutam apoio à pessoa com deficiência em diversos contextos sociais de atuação.

O auxílio aos docentes envolvidos com alunos com deficiência na organização e planejamento de suas atividades acadêmicas; o desenvolvimento de ações, projetos e eventos de ações afirmativas no ambiente acadêmico; e a ampliação das competências dos egressos por meio da inserção dos temas sobre ações afirmativas estão previstos na política em questão.

Adicionalmente, a política assegura a inclusão de travestis e transexuais pela possibilidade de serem chamados pelo nome social desejado no espaço acadêmico, com o apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP); a identificação de práticas inclusivas e sua disseminação como forma de fortalecer a inclusão; e a garantia do processo de acessibilidade e inclusão referente a estudantes com necessidades educacionais especiais originadas de deficiência intelectual, psicossocial, física, de deficiência visual, auditiva e com transtorno do espectro autista.

Outrossim, a referida política, visa o incentivo à realização de eventos, debates, discussões e pesquisas identificando causas sociais relevantes, integrando o valor das ações de inclusão social aos objetivos da instituição; a oportunidade de troca de informações sobre as formas de viabilização de ações de inclusão entre a comunidade acadêmica, o setor produtivo regional e a sociedade; a garantia de mecanismos de transmissão dos resultados para a sociedade; e a promoção da cultura de respeito, alteridade e valorização do outro e das minorias.

A **Escola**, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 08/2012, oportuniza um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a





dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais e educacionais fundamentadas no respeito aos Direitos Humanos e igualdade étnico-racial.

A **Escola** tem o compromisso de promover uma educação de qualidade para todos, entendida como direito humano essencial. Assim, a universalização da educação superior e a melhoria da qualidade em todos estes níveis e nas diversas modalidades de ensino é tarefa prioritária.

Uma concepção contemporânea de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência.

A Educação em Direitos Humanos e em Igualdade Étnico-Racial, na Instituição, encontra-se refletida em sua política de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade.

### 3.5 Política de Educação a Distância

#### Fundamentação metodológica e concepção de EAD

A partir de sua experiência bem-sucedida com os cursos de MBA: “Parcerias Público-Privadas” e “Saneamento Ambiental” em EaD, a **Escola** ampliará o oferecimento da modalidade a distância: i. para seus atuais bacharelados em Administração; Sociologia e Política; e Biblioteconomia e Ciência da Informação, ii. para os 7 novos cursos superiores de tecnologia (CST) propostos à avaliação do MEC: Gestão de Recursos Humanos; Logística; Gestão Financeira; Gestão Comercial; Marketing, Educador Social; e Gestão de Patrimônio Cultural; e iii. para seus cursos de pós-graduação, aos níveis regional e nacional, respeitando as finalidades atuais e futuras da instituição. De mesmo modo, o ensino remoto adotado em razão da pandemia permitiu a reflexão e a experiência no uso das ferramentas tecnológicas aplicadas à educação e no treinamento de professores.

Essa estratégia vincula-se à sua missão de “formar cidadãos com capacidade de análise e de intervenção crítica e aplicada nos problemas da sociedade, por meio da geração e da disseminação dos conhecimentos em ciências humanas e sociais”, atendendo as metas instituídas neste PDI. Para tanto, estão previstas as seguintes ações:

- Adotar recursos da tecnologia de informação e comunicação, considerando as propostas pedagógicas e as novas formas de aprendizagem.
- Promover atitude crítica e reflexiva no processo de construção do conhecimento.
- Estimular atividades cooperativas e trabalho interdisciplinar, estabelecendo o diálogo e as decisões colegiadas.





- Ampliar a presença da **Escola** no cenário educacional nacional por meio de parcerias e convênios com organizações e instituições educacionais voltados para a EaD.
- Atuar na formação de comunidades de aprendizagem que permitam a troca de experiências e discussões sobre temas relevantes à educação a distância.
- Criar, desenvolver e avaliar material e métodos didáticos-pedagógicos para EaD.
- Viabilizar e ampliar os recursos físicos e tecnológicos para o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância.

Concebida como a modalidade educacional em que alunos e professores estejam em locais diferentes durante o processo de ensino-aprendizagem (MOORE; KEARSLEY, 2008), a educação a distância (EaD) requer meios específicos capazes de estabelecer as relações necessárias entre tais agentes para atingir suas finalidades educativas. Tais meios, correspondendo a condições materiais de cada tempo, permitem a elaboração de estratégias e abordagens pedagógicas que, por sua vez, promovem diferentes formas de interação.

Com essas observações, não se deve considerar a EaD como algo recente com o advento da internet e das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). Até o desenvolvimento tecnológico chegar no patamar atual, houve diferentes gerações de EaD com características e limitações próprias quanto às interações possíveis. O grande diferencial da geração atual consiste na ampliação e agilidade das interações, o que corrobora para o entendimento de que se trata de uma modalidade em que há a substituição da proposta regular, convencional, por outra em que o ensino-aprendizagem é estabelecido por meio de situações não convencionais, dentre as quais espaços e tempos não compartilhados simultaneamente (LITWIN, 2001).

A tecnologia por si só, no entanto, não assegura a efetividade e a qualidade do processo formativo. Mesmo recorrendo às múltiplas estratégias e aos diversos recursos, estrutura-se uma proposta didática adequada e comprometida com a finalidade educacional que se pretende atingir, considerando as competências e habilidades a serem desenvolvidas nos estudantes para a sociedade em que vivem e à qual pretendem transformar, integrando seus egressos como cidadãos e profissionais.

Nesse sentido, a proposta pedagógica e sua concepção de aprendizagem subjacente, bem como sua metodologia, apresentam coerência com os valores e desafios para o século XXI. Trata-se de promover a autonomia do estudante, sua participação e seu protagonismo de forma reflexiva e crítica, evidenciando a relevância do diálogo e da colaboração para a construção do conhecimento. São aspectos fundamentais para que se conforme um modelo de qualidade, que incida na ruptura do paradigma bancário. Propõe-se, portanto, um modelo baseado nos seguintes princípios:

Democratização, no sentido de assegurar as possibilidades e condições iguais de formação e desenvolvimento intelectual;





Individualização, no sentido de compreender e atender os estudantes conforme suas necessidades e ritmos de aprendizagem;

Autonomia, no sentido de promover o desenvolvimento das capacidades de auto-organização, de autoprodução e de se tornar protagonista da aprendizagem;

Dialogicidade, no sentido de promover a possibilidade de diálogo consigo mesmo, com os demais estudantes e com os docentes, estabelecendo a compreensão e construção coletiva de conhecimentos;

Socialização, no sentido de promover as relações colaborativas e o desenvolvimento da capacidade de participação em grupos, respeitando as diferenças e a diversidade;

Flexibilidade, no sentido de promover possibilidades de participação e engajamento, atendendo necessidades e condições diferentes dos estudantes, principalmente quanto ao tempo e espaço (localização) de estudo.

## Estratégia de EaD

A motivação para a implantação da EaD nos cursos de graduação e pós-graduação da **Escola** ocorre no momento em que os processos dessa modalidade se encontram consolidados e maduros no País, tanto no aspecto didático-pedagógico quanto no tecnológico, alicerçados na ampliação do acesso à formação superior, baixo valor de investimento e crescente demanda pelos cursos dessa natureza.

Considerando que a Instituição prima pela qualidade do processo ensino/aprendizagem e busca seu amadurecimento nessa modalidade, a estratégia visa iniciar com uma quantidade limitada de polos, a fim de promover os debates, a formação de cidadãos e cidadãs com capacidades de análise e de intervenção crítica e o fortalecimento da relação entre os atores envolvidos.

A abrangência geográfica para a implantação dos polos ocorrerá prioritariamente no Estado de São Paulo, que apresentou, entre 2009 e 2016, um crescimento de 114% nas matrículas nessa modalidade, enquanto nos cursos presenciais esse indicador ficou em 14% (SEMESP, 2018). Tal fenômeno indica que há ainda cidades no estado de São Paulo que comportam demanda de acesso ao ensino superior. Considerando que o curso de Administração continua sendo o segundo mais procurado pelos alunos na modalidade EaD, atrás somente do curso de Pedagogia, e os cursos de Sociologia e de Biblioteconomia possuem pouca oferta por parte de outras IESs, a **Escola** instituiu um grupo de trabalho (GT) para analisar os melhores locais para implantar os polos e para a concepção dos processos internos e métodos de trabalho, coordenado pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD).

Sobre os polos, a estratégia consiste em formar parcerias com instituições de ensino e outras organizações públicas e privadas (com ou sem fins lucrativos), cujos valores estejam em consonância com a missão da Instituição. A **Escola** acredita e trabalha com foco em um modelo de ensino/aprendizagem humanizado, independentemente de sua





modalidade. Esse critério permeará os cursos em EaD, respeitando e privilegiando a regionalidade e a diversidade. A metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso pauta-se em metodologias ativas e participativas que estimulem o exercício do pensamento, da reflexão e da atividade, considerando-se o contexto em que o discente está inserido. No processo de construção do saber, na área das ciências sociais aplicadas em especial, a leitura de mundo, a pesquisa aplicada e a extensão sociocultural constituem elementos fundamentais de nossos cursos. Para dar consequências didático-pedagógicas a esses elementos a metodologia de EAD deve incorporar ferramentas comunicacionais como teleaulas, ambiente virtual de aprendizagem, atividades complementares, projetos, apoio ao discente por meio do acompanhamento tutorial contínuo.

### Ambiente Virtual de Aprendizagem

Os cursos oferecidos na modalidade a distância utilizar-se-ão de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o qual será gerenciado pela **Escola** em parceria com empresa especializada.

Considerando que, o AVA software que, disponibilizado na internet, agrega ferramentas para criação, tutoria e gestão de atividades que normalmente se apresenta sob a forma de cursos. Constituídos com base no uso de diferentes mídias, linguagens e elementos de comunicação, a intenção do AVA é proporcionar não só a disponibilização de conteúdos, mas principalmente a plena interação de indivíduos e de grupos, viabilizando, por consequência, a construção do conhecimento. Deve-se observar que qualquer ambiente virtual pode ser usado para a aprendizagem, mas a sigla “AVA” é usada normalmente para denominar os softwares especialmente criados para fins educacionais. (SILVA, 2015, p. 19)

É imprescindível a adoção de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para realização dos cursos, acesso a materiais e conteúdos de suas disciplinas, interação entre docentes e tutores, bem como a gestão da aprendizagem. O AVA dos cursos propostos está estruturado no software *Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)*. Concebido por Martin Dougiamas, em 1999, na *Curtin University of Technology*, em Perth, na Austrália, o *Moodle* é um software livre e de código aberto, criado com a finalidade de fomentar um espaço de colaboração *online* de forma que seus usuários interajam, construam conhecimentos coletivamente e troquem saberes, possibilitando a criação de novas interfaces para o próprio ambiente e conformem uma grande comunidade aberta. (SILVA, 2015; 2016)

O AVA desenvolvido a partir do *Moodle* permite a criação e realização de atividades síncronas e assíncronas, contando com ampla diversificação de atividades e recursos. Será por meio desse ambiente, portanto, que os estudantes terão acesso aos seus cursos e disciplinas e realizarão suas atividades, a partir de um conjunto de materiais e conteúdos a eles relacionados, e de mecanismos para comunicação e interação entre docentes, tutores e estudantes. Além de corresponder ao espaço virtual de disponibilização de





materiais, conteúdos e atividades, o AVA é uma ferramenta fundamental para a gestão do processo de ensino-aprendizagem pelo acompanhamento dos acessos, das participações e do desempenho dos estudantes.

A proposta e o uso de atividades diversificadas, a partir de um conjunto de diferentes ferramentas e recursos, visam contribuir para a formação autônoma, colaborativa, crítica e reflexiva dos estudantes por meio do desenvolvimento de diferentes habilidades. Destacam-se as seguintes atividades:

- Fóruns.
- Tarefas.
- Questionários.
- Outras atividades elaboradas a partir de estratégias pedagógicas e ferramentas e recursos digitais.
- Biblioteca Virtual: atenderá à demanda das modalidades presencial e EaD, mantendo as atuais políticas.

## **Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e material didático**

As estratégias, abordagens e práticas pedagógicas devem se basear na adoção de TDICs, possibilitando inovações nas disciplinas que estimulem a participação, interatividade e criatividade dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução dos PPCs, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.

As disciplinas dos cursos serão compostas por unidades que, por sua vez, serão constituídas por um conjunto de elementos obrigatórios e por um conjunto de estratégias pedagógicas definidas pelo(a) docente que comporão os conteúdos, materiais audiovisuais e textuais e atividades.

Esse material pedagógico deverá conter os seguintes elementos obrigatórios: a) Introdução; b) Material audiovisual; c) Fórum de dúvidas; d) Material textual; e) Atividades avaliativas; f) Leituras complementares.

Nas estratégias pedagógicas definidas pelo(a) docente se incorporará o uso de recursos e ferramentas educacionais digitais, conjugando atividades *on-line* síncronas – *web-aulas* com professores formadores – e *on-line* assíncronas – fóruns, tarefas e questionários –, sob a orientação e o acompanhamento de tutores. A proposta consiste na combinação da interatividade de atividades síncronas com a autonomia dos estudantes por meio de atividades assíncronas, além de dispor de estratégias e recursos diversificados. Além das





atividades avaliativas de cada unidade, cada disciplina também será composta por uma avaliação final presencial.

O material didático, portanto, será desenvolvido de forma diversificada e disponibilizado em diferentes mídias e formatos, em consonância com a proposta e os objetivos do projeto pedagógico. Os materiais audiovisuais, especificamente as videoaulas gravadas e as *web-aulas* contarão com legendas e audiodescrição de forma a assegurar a acessibilidade dos estudantes. Os materiais didáticos apresentarão indicações da disciplina à qual se referem, além da identidade visual correspondente ao curso e à instituição.

A elaboração será de autoria dos professores formadores e conteudistas, ou seja, os mesmos professores que acompanharão a formação dos estudantes serão responsáveis pela seleção dos conteúdos, elaboração dos textos e gravação das videoaulas, bem como da participação das *web-aulas* síncronas. Todo o conteúdo teórico e técnico de cada disciplina, bem como as indicações de leituras complementares, será de responsabilidade do professor formador e conteudista, cabendo à instituição se submeter às determinações legais relativas aos direitos autorais e às políticas de uso.

Além dos materiais didáticos das disciplinas, visando o desenvolvimento de uma experiência formativa de qualidade ao estudante, é fundamental, na modalidade EaD, considerar as condições de interatividade. Nesse sentido, o AVA contará com um conjunto de recursos para o estabelecimento da comunicação dos estudantes entre eles mesmos e entre eles e os tutores e professores formadores. Além desses recursos de comunicação e interação, serão elaborados os seguintes materiais gerais do curso e específicos das disciplinas para contribuir para o aproveitamento do curso pelos estudantes: Manual do Aluno; Tutorial de acesso e uso do AVA; Recomendações para organização dos estudos; Explicação da dinâmica da tutoria virtual

O conjunto dos materiais gerais do curso será disponibilizado em uma área específica do AVA, de forma a promover a ambientação dos estudantes à modalidade e ao próprio ambiente, tais como: Calendário da disciplina; Cronograma das atividades da disciplina; Critérios e formas de avaliação e composição da nota da disciplina.

A base tecnológica considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

## **Metodologia de avaliação**

As disciplinas terão as seguintes atividades avaliativas a compor a nota dos estudantes: i. Conjunto de atividades avaliativas, uma para cada unidade da disciplina / do componente curricular, equivalerá a quarenta por cento (40%) da nota; ii. Avaliação final presencial equivalerá a sessenta por cento (60%) da nota.

Prevê-se a realização de atividades acadêmicas específicas de integração das turmas dos cursos e promovidas atividades que complementem e aprofundem os estudos, nas datas





de realização das avaliações finais presenciais, como forma de aprimorar as relações entre os estudantes e com a instituição.

Serão considerados aprovados os estudantes que obtiverem a média final suficiente, equivalente a maior ou igual à média 6 (seis) e frequência mínima de 75% por cento. Será permitido aos estudantes que se ausentarem na aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média a realização de avaliação substitutiva, que será semestralmente e sempre irá substituir uma nota bimestral do bimestre em que é aplicada.

Serão considerados como instrumentos de avaliação para composição da média final atividades propostas no AVA e avaliações presenciais, além de quaisquer outros instrumentos previstos nos respectivos planos de ensino das disciplinas.

### **Procedimentos de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem *online***

O acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem *online* durante o processo formativo é fundamental para uma formação de qualidade. O acompanhamento será contínuo, por meio da tutoria *online*, que abrange a verificação dos acessos dos estudantes aos materiais e conteúdo das aulas, a realização das atividades propostas e o apoio pedagógico acerca dos conteúdos e temas abordados. A ação e o acompanhamento da tutoria *online* serão direcionados também a partir dos recursos de relatórios do próprio AVA, facilitando a identificação dos estudantes com acesso e realização das atividades, além da frequência às aulas.

O acompanhamento do processo ensino-aprendizagem também será composto pelo conjunto de avaliações que permite acompanhar o desempenho dos estudantes nos seus processos de aprendizagem das competências, habilidades e conhecimentos. Dessa forma, são consideradas as seguintes modalidades de avaliação:

**Avaliação diagnóstica** - realizada no início do curso e de cada disciplina objetiva identificar eventuais problemas de aprendizagem e suas possíveis causas, de modo a que docente e tutor possam agir diretamente sobre o problema de aprendizagem;

**Avaliação formativa** - permite o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem a partir de informações sobre os resultados que estão sendo alcançados na realização das atividades discentes e, assim, promover ações direcionadas para a melhoria do desempenho;

**Avaliação somativa** – tem como propósito a verificação do progresso obtido pelos estudantes durante o processo formativo, permite aferir os resultados registrados pela avaliação formativa e obter indicadores para aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem.





## Atividade docente tutorial e demais responsáveis pelas disciplinas

A elaboração dos materiais e conteúdo das disciplinas *online* e sua disponibilização no AVA, assim como a verificação de sua aplicação e acesso pelos estudantes, são de responsabilidade, respectivamente, dos docentes e dos tutores *online*. Corresponderá aos docentes responsáveis pelas disciplinas a elaboração dos materiais didáticos e dos conteúdos das disciplinas dos cursos, e a ministração das disciplinas em momentos síncronos. Atribuir ao mesmo docente as atividades de docência e de elaboração de materiais de determinada disciplina assegura a qualidade do conteúdo e do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, são suas atribuições:

- elaborar programa de disciplina.
- preparar aulas.
- gravar videoaulas.
- elaborar os materiais relativos às aulas (material de aula ou apostila; *slides* relativos à videoaula; exercícios de fixação, questões para prova).
- orientar a tutoria quanto às soluções de problemas ou dúvidas específicas e indicação de temas ou questões para promover a participação e interação dos discentes.
- corrigir atividades e provas, desde que compostas por questões dissertativas e que exigem domínio aprofundado e específico do assunto.

Quanto aos tutores, são profissionais que acompanham cotidianamente os estudantes no acesso às disciplinas do curso, auxiliam na realização das atividades propostas e respondam as dúvidas dos estudantes sobre conteúdos. Suas atribuições são:

- esclarecer dúvidas dos discentes sobre o uso da plataforma e das ferramentas de *software* utilizadas no curso, contando com o auxílio da equipe técnica;
- esclarecer dúvidas dos discentes sobre o conteúdo da disciplina e do curso, contando com o auxílio do docente;
- motivar a participação individual dos discentes no curso e nas atividades propostas;
- incentivar a interação e colaboração entre os discentes;
- orientar os debates e comentários dos discentes, mantendo o foco na atividade proposta;
- acompanhar a participação e realização das atividades dos discentes;
- manusear a plataforma para disponibilização dos cursos e conteúdos na modalidade EAD;
- verificar o funcionamento da plataforma e dos recursos nela empregados para a realização dos cursos na modalidade EAD;
- registrar e divulgar as notas dos discentes;





- atender virtualmente os discentes.

Visando o aprimoramento da prática docente e da tutoria nos cursos na modalidade EaD, a instituição promove, de forma recorrente, capacitações para os profissionais envolvidos na prática docente. Dessa maneira, tanto docentes quanto tutores continuarão a ser preparados para suas atividades, aprofundando seus conhecimentos sobre as tecnologias e seus usos no ensino.

### **Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria**

O exercício das atividades de tutoria exige, além de formação acadêmica na mesma área do curso e a experiência didática, especialmente como tutor em cursos na modalidade EaD, um conjunto de habilidades e atitudes necessárias para sua prática. Exige-se, portanto, que o tutor possua conhecimentos e habilidades correspondentes às dimensões pedagógica, tecnológica e didática:

**Pedagógica** – saber orientar, aconselhar e fazer a tutoria, tanto na área específica da disciplina quanto na área pedagógica, relacionada ao processo de aprendizagem do aluno;

**Tecnológica** – conhecer a relação entre as tecnologias de informação e comunicação e a educação, de forma a produzir, avaliar, selecionar e definir estratégias de uso de materiais didáticos e tecnologias para o processo de aprendizagem, sob a supervisão do docente;

**Didática** – apresentar formação específica na área em que irá atuar, propondo metodologias da área específica que contribuam para a aprendizagem.

### **Interação entre Docentes, Tutores, Coordenadores de Curso e Estudantes**

O docente de qualquer categoria ou titulação previstas no Plano de Carreira Docente, vinculado a uma ou mais unidades curriculares do curso, será responsável por: ministrar as teleaulas, videoaulas ou *web-aulas*; planejar as atividades a serem desenvolvidas pelos alunos; selecionar e monitorar a criação de conteúdos significativos para a formação do educando; interagir com os discentes nos momentos previstos; coordenar e apoiar os professores responsáveis pela mediação pedagógica e monitores presenciais quanto ao desenvolvimento do tema, estratégias e critérios de avaliação; e demais competências inerentes à função.

Para promover experiência diferenciada e formação de qualidade aos estudantes, a elaboração e realização dos cursos e de suas disciplinas exigem articulação adequada entre os diferentes agentes pedagógicos: coordenadores de curso, docentes e tutores. Para prover formação de qualidade consoante às propostas dos cursos, serão realizadas periodicamente, ao longo do curso e em diferentes momentos de ministração das disciplinas, reuniões de trabalho entre coordenadores, docentes e tutores para discussão de estratégias e práticas pedagógicas, atividades e avaliações, participação e desempenho dos estudantes e a interação com e entre eles.





## Processo de controle de produção e distribuição de material didático

O sistema de controle de produção e distribuição de material didático visa ao atendimento da demanda e à qualidade do material a ser disponibilizado quanto aos objetivos didático-pedagógicos estabelecidos no projeto pedagógico dos cursos. Nesse sentido, a produção e distribuição de material didático consideram os seguintes aspectos:

- disponibilização do conteúdo objetivado à aprendizagem do estudante e sua organização em sessões de aprendizagem;
- disponibilização de atividades para contribuir com o aprendizado do aluno;
- viabilização de retorno contínuo ao estudante ao longo do processo ensino-aprendizagem;
- promoção da motivação do estudante e auxílio no desenvolvimento de métodos e técnicas de estudo de forma autônoma.

Para tanto, os docentes contam com o apoio necessário do NDE, composto por uma equipe multidisciplinar, na elaboração e disponibilização de materiais e conteúdos das disciplinas conforme planejamento e cronograma de cada disciplina. Importante ressaltar que os materiais devem apresentar acessibilidade, isto é, condições para que todos os estudantes possam acessá-los e desenvolver suas atividades.

## Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar será composta dos atuais atores do Núcleo de Educação a Distância (NDE) e apresentará a seguinte composição organizacional mínima para o desenvolvimento adequado de suas atribuições, devendo ampliar sua equipe conforme o aumento da demanda decorrente dos cursos e atividades: Coordenação; Tutores; Monitores; Designers instrucionais; Designers gráficos; Revisores; Roteirista; Assistente administrativo

Além da equipe indicada, o NEAD atuará em constante articulação com as equipes pedagógicas dos cursos e de suas disciplinas, compostas pelas coordenações de cursos e docentes.

## Atividades de Tutoria

Atuar especificamente na mediação pedagógica, sendo responsável por promover espaços de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o professor temático nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, dentre outras atividades inerentes à função.





## Polo EaD

O polo de apoio presencial corresponde ao polo-sede da instituição, localizado na Rua General Jardim, 522, Vila Buarque, São Paulo, capital. Os futuros polos de EaD seguirão Portaria Normativa n. 11, capítulo 3, de 20/11/2017, considerando as condições reais da localidade de oferta.

A **Escola** realizará estudo para implantação de polos EAD, considerando sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE vigente, conforme prevê o Instrumento de Avaliação Externa para Recredenciamento Institucional.

A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permitirá a execução das atividades previstas, viabilizará a realização das atividades presenciais, terá acessibilidade, será adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propiciará a interação entre docentes, tutores e discentes e possuirá modelos tecnológicos e digitais diferenciados aplicados aos processos de ensino e aprendizagem e diferenciais inovadores comprovadamente exitosos.

## 3.6 Política de Extensão

Pode-se dizer que a orientação geral que fundamenta a concepção e a realização de atividades concebidas como de extensão advém da própria origem da FESPSP, em 1933, expressa em sua missão institucional, que articulava a formação (o ensino) à pesquisa aplicada às transformações sociais, afirmando em sua missão institucional que a educação superior deve contribuir para o desenvolvimento do país e da sociedade. Pouco mais de cinquenta anos depois, em 1987, documento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, afirmava que “A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.” (FORPROEX, 1987). Mais recentemente, em 2009, resumindo a visão de pró-reitores universitários, tal espírito foi bem traduzido pela pró-reitora de extensão da UFRJ, Laura Tavares de Souza, quando esclarece que o conceito de extensão

expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere. Sua função básica de produtora e de socializadora de do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre universidade e população. Por outro lado, retira da extensão o caráter de ‘terceira função’ para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo





ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.  
(TAVARES, 2009)

No período entre esses dois documentos, foram realizadas na/pela Escola inúmeras atividades classificadas como de extensão, enriquecendo o ambiente de aprendizado dos estudantes, beneficiando as populações do entorno e conduzindo ao estabelecimento de fortes vínculos sociais, tais como: participação em projetos do setor público; projeto Literatura Espalhada, que entrega livros em praças e ruas, incentivando a leitura; palestras sobre temas diversos, abertas ao público em geral; curso de língua portuguesa para refugiados da África e da América Latina; exibição de filmes seguida de debate, em parceria com o Cineclube Darcy Ribeiro, criado no interior da própria Escola; Programa Escola Livre, que oferece aulas abertas de ciências sociais a secundaristas. Tais atividades serão mantidas e ganharão incremento com a implantação do Espaço Cultural Sociologia e Política.

Para além disso, no entanto, chegando aos dias de hoje, os documentos oficiais sobre extensão universitária fundamentam a radicalização do compromisso do sistema nacional de educação superior do país a partir de uma atuação extensionista fortemente associada a compromissos de emancipação social e política dos estudantes e da sociedade, como se afirma, entre tantos outros itens, no Artigo VI da Resolução n. 7 do CNE de 2018, que versa sobre a concepção e a prática das diretrizes da extensão na Educação Superior: “construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.” Tais diretrizes são reforçadas em itens anteriores do mesmo artigo: “I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; [...] II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas [...]

É assim que a política de extensão da **Escola** fundamenta-se e procura atender a Resolução no. 7, bem como o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Da mesma forma, norteia a política de extensão o Plano Nacional de Extensão Universitária<sup>9</sup>, expedido pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e o SESu/MEC, na medida em que estabelece as bases conceituais e operacionais dos programas de curricularização da extensão na educação superior, sob a perspectiva da função social de estudantes, egressos e da Instituição.

Nesse contexto, a **Escola** define que o objetivo da extensão é criar e manter vínculos entre as áreas acadêmicas e destas áreas com as instituições sociais e o poder público. Para tanto, definiu as seguintes ações a serem estruturadas durante o período de vigência deste PDI:

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao\\_1.pdf](http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf)





- Estruturação do setor, com a criação da Coordenação de Pesquisa e Extensão.
- Planejamento, elaboração e execução do processo de curricularização da extensão, definindo carga didática, conteúdos e avaliação.
- Manutenção e ampliação da oferta de cursos de extensão, com o uso das modalidades presencial, híbrida, remota e a distância, ampliando o alcance da Escola.
- Apoio à construção do projeto do Espaço Cultural e participação no Programa Corredor do Conhecimento, em articulação com instituições da região na promoção.
- Articulação dessas ações aos princípios da pesquisa aplicada e da extensão sociocultural nos territórios da cidade.
- Proposição de uma sistemática de avaliação das atividades de extensão, para avaliar impacto e qualidade da oferta.

Nos próximos quatro anos, a partir de esforços conjugados de professores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação, da Biblioteca em seu papel pedagógico ativo, dos grupos de pesquisa e do Espaço Cultural, apresenta uma situação propícia para a atuação social de intervenção na realidade. Tal situação permite o desenvolvimento de projeto-piloto que reúne esses esforços à ação local no território da Vila Buarque, região central da cidade de S. Paulo, que apresenta as características da dinâmica metropolitana e representa os problemas e desafios desses aglomerados urbanos.

Nessa direção, orientará sua política de extensão (e sua consequente curricularização) pelos seguintes pilares conceituais:

- a) A categoria *território*, que propõe a cidade como universo preferencial de atuação, para propiciar oportunidades de interação com a vida social e a dinâmica relacional dos atores sociais, institucionais e da administração pública, estabelecendo a Escola como parte integrante do debate acadêmico e da ação sociocultural;
- b) A categoria *desigualdade social* como ponto de partida e interesse permanente, para subsidiar a formação de pesquisadores e agentes sociais, estabelecendo a Escola como liderança no protagonismo sociocultural e político na região.
- c) A categoria *diversidade*, que implica o reconhecimento da complexidade humana, cultural, política e econômica dos territórios, que se traduz cientificamente na perspectiva da interdisciplinaridade.
- d) A categoria *políticas públicas*, que leva a dar atenção e cuidado aos modos como se elaboram e executam as políticas que incidem sobre os territórios e os cidadãos.





## 3.7 Política de Pesquisa

O setor especialmente dedicado à pesquisa na Escola existe desde o ano de 2002, pautado na perspectiva de sua indissociabilidade com o ensino e a extensão – o Núcleo de Pesquisa. Ao longo de seu tempo de existência nessa configuração, até 2020, implantou um rol de ações de estímulo à pesquisa institucional, estruturando: nove edições do seminário de pesquisa; dois grupos de pesquisa registrados no CNPq: Estado e Desenvolvimento (Cátedra Celso Furtado) e Etnografia Urbana; vários grupos de estudo como os de Direitos Humanos, de Marcadores de Diferenças Sociais de Gênero e do Núcleo Brasileiro de Estudos Estratégicos; a proposição inicial do Comitê de Ética em Pesquisa; os programas de e de pesquisa docente (PIPED) e de iniciação científica (PIBIC), neste caso com a conquista de bolsas do CNPq.

Em que pese o sucesso alcançado por essas ações e dada a relevância do setor para a Escola, tendo em vista a indissociabilidade, a curricularização da pesquisa e sua perspectiva aplicada, o Programa Sociologia e Política do Futuro definiu como objetivo central implantar uma política de pesquisa que fomente e faça interagir o conhecimento produzido nos cursos de graduação e de pós-graduação, na pesquisa institucional, na participação em iniciativas da Diretoria de Projetos e na práticas de extensão e pesquisa aplicada. Decorre desse objetivo geral, ações e objetivos específicos, assim delineados:

- reestruturação do setor de pesquisa, para estimular, gerir e avaliar a pesquisa-formação (curricular), a pesquisa institucional (grupos de pesquisa e núcleos de estudo) e a relação com os órgãos de fomento (CNPq, Capes, Fapesp, entre outros).
- ampliar a curricularização da pesquisa o âmbito dos cursos, com a criação gradativa de coletivos de pesquisa que relacionem docentes e discentes na formação e na prática da pesquisa aplicada, em estreito vínculo com a extensão.
- fortalecimento da pesquisa institucional, com a profissionalização de investigadores e programas específicos e integrados em grupos de pesquisa existentes.
- implantação do Comitê de Ética em Pesquisa, para atender critérios dos órgãos de fomento e das revistas científicas e aprovar projetos de pesquisa em ciências sociais aplicadas.
- fortalecimento da produção científica docente, para fins de impactar os índices considerados nas avaliações oficiais, com o estímulo à publicação e à participação em redes de pesquisa.
- proposição de uma sistemática de avaliação das atividades de pesquisa e de seus resultados, para avaliar processos e impactos e promover sua incorporação às atividades acadêmicas.





- Fortalecer as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, com práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento.
- Ampliar as linhas de pesquisa com trabalho transversais aos cursos ofertados e mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

A fim obter os resultados acima elencados, evidenciou-se a necessidade de reformulação do antigo Núcleo de Pesquisa, compondo então a Coordenação de Pesquisa e Extensão, subordinada à Diretoria Acadêmica, para assunção de novas missões e funções. Assim, a política de pesquisa passa a se articular, organicamente, à graduação, à pós-graduação, à extensão e à área de Projetos. No âmbito dessa Coordenação, a política de pesquisa passa a ser orientada pelas seguintes funções: i) elaboração e avaliação da política de pesquisa; ii) centro de dados de inteligência acadêmica e negócios de educação; iii) administração do fundo de pesquisa da **Escola**; iv) busca ativa de fomento nas agências nacionais e internacionais; v) coordenação e avaliação dos grupos de pesquisa institucionais; vi) apoio à formação em pesquisa aplicada no âmbito da graduação e da pós-graduação; vii) apoio ao corpo docente para a participação em eventos acadêmicos e publicação científica.

Definidas essas orientações, a Política de Pesquisa da **Escola**, expressa em documento próprio, toma como pilares de sustentação a ciência social aplicada, a interdisciplinaridade e a interculturalidade; elege como universo privilegiado de investigação a cidade e seus territórios; propõe a articulação indissociável com o ensino (graduação e pós-graduação) e a extensão; busca a apropriação, por professores e estudantes, do conhecimento produzido em suas investigações, bem como em sua área de projetos.

Para alcançar seus objetivos, a política de pesquisa visa a definir e sistematizar aspectos regulatórios que contribuam para as seguintes metas:

- a) Estímulo e fomento à prática da pesquisa.
- b) Estímulo e fomento à divulgação e comunicação científica.
- c) Fortalecimento dos grupos de pesquisa.
- d) Fortalecimento de práticas pedagógicas na graduação e pós-graduação que desenvolvam competências e habilidades necessárias à pesquisa.
- e) Estímulo à produção científica de natureza interdisciplinar considerando-se a natureza das faculdades mantidas.
- f) Estímulo à produção científica de modo articulado com a área de projetos da FESPSP, considerando-se, concomitantemente, a autonomia e especificidade das áreas acadêmica e de projetos.





### 3.8 Política de Relacionamento Institucional

A identificação de necessidade de conferir maior organicidade e às atividades de relações institucionais levaram o Programa **Escola** do Futuro a designar esta área como uma frente específica de atuação, prevendo a elaboração de uma política específica para essa área. No âmbito dessa política pretende-se incrementar o número de intercâmbios institucionais nacionais e internacionais, e seus impactos nas atividades gerais da instituição.

Relações institucionais coesas e afinadas com a missão e estratégia da **Escola** não só fortalecem os cursos por meio de sua divulgação e atração de alunos como aproxima o público interessado na visão e estratégia da **Escola** de contribuir com a melhoria das condições de vida da nossa população. Nesse sentido, é de fundamental importância para a **Escola** as relações interinstitucionais estabelecidas com o sentido de elaborar e implantar o projeto do Espaço Cultural Sociologia e Política, e do Corredor do Conhecimento, que envolve múltiplas entidades instaladas na região em que nos encontramos, tais como Escola da Cidade, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ação Educativa, Aliança Francesa, FLACSO e outras mais.

Destacam-se nesse processo o Projeto Vila Buarque Solidária, que se constitui como um consórcio de instituições voltado à ação em parceria de reconhecimento e atuação no território de entorno da escola, projeto-piloto de prática dos princípios da pesquisa aplicada e da extensão sociocultural (extensão implicada) que se estabelece por meio de projetos de iniciação científica com decisiva inserção no processo de formação dos estudantes da Escola; o Espaço Cultural, dispositivo institucional que articula uma programação artístico-cultural e científico-cultural aberta aos estudantes e como parte desse mesmo processo de formação do estudante, ampliando o impacto de nosso projeto pedagógico.

Trata-se de uma política em constante formulação, destinada a implantar-se à implantação no período de vigência deste PDI, por meio da intensificação e ampliação dessas relações interinstitucionais, com a conseqüente ampliação da projeção da **Escola**.

#### Objetivo:

Elaborar política de relacionamento institucional que projete a influência da **Escola** nos campos da produção e difusão de ciência e cultura, do apoio à ação do setor público e da proposição e implantação de políticas públicas que visem à melhoria da condição de vida da população.

Para a consecução desse objetivo, além da elaboração da política de relacionamento institucional que atenda os interesses da **Escola** serão desenvolvidas as seguintes ações:

- levantamento de todos os convênios, parcerias e relações estabelecidas.
- seleção de instituições com os quais temos interesse em estabelecer novos convênios e outras modalidades de cooperação interinstitucional.





- desenvolvimento de ações de relacionamento institucional tendo por objetos o Espaço Cultural, a Escola e a Área de Projetos.

### 3.9 Política de Atendimento ao Discentes

Nas unidades mantidas pela **Escola**, os (as) estudantes constituem o centro do processo educacional. Para criar condições cada vez mais adequadas para o sucesso da aprendizagem, as unidades mantidas investem em atividades diferenciadas, as quais estimulam a participação do aluno em projetos intra e extramuros, seja em atividades de extensão, seja em projetos acadêmicos.

Uma ação de caráter permanente, que tem por objetivo aperfeiçoar a qualidade da interlocução com o (a) estudante é a qualificação do pessoal e do ambiente físico para um correto atendimento. Além das avaliações realizadas pela CPA, que identificam e monitoram a satisfação dos alunos com os serviços dos diversos setores, são realizadas reuniões e seminários internos visando apoiar de forma mais efetiva o pessoal que atende os estudantes na definição de soluções que contribuam para a qualidade desse atendimento e para a redução da evasão.

Outra linha de apoio fundamental aos discentes diz respeito às condições para que arquem com as mensalidades dos cursos. Nesse sentido, dois tipos de ação acontecem paralelamente: 1) acompanhamento e avaliação da dinâmica econômica e social que serve como base para o estabelecimento do valor dos cursos; e 2) política de bolsas de estudos e de programas de financiamento que procura atender de forma individualizada cada aluno.

A importância do respeito mútuo, da aceitação das diferenças e da difusão da cultura da não violência é conteúdo trabalhado junto à comunidade, por intermédio de todos os profissionais que atuam na instituição,

A atividade de pesquisa é incentivada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado por recursos próprios e por recursos do CNPq, para reforçar o programa. São também estimulados os grupos de estudo, de livre iniciativa de professores e estudantes.

Ao lado de preocupações de ordem pedagógica, a Escola também arrola como prioridades fornecer condições apropriadas de infraestrutura, relacionadas a higiene, segurança e conforto para os (as) discentes e proporcionar apoio a portadores de deficiência.

Anualmente, é realizada pesquisa com ingressantes, com o intuito de conhecer melhor o público em cada curso e oferecer atividades compatíveis com as necessidades discentes. Esses dados são consolidados em relatórios com o perfil do ingressante, elaborado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Na área da pós-graduação, os cursos são oferecidos semestralmente e apresentam a diversidade inerente à demanda. Dessa forma, alteram-se os cursos oferecidos a cada





semestre. Nesse sentido, os dados coletados revelam os perfis de estudantes que ingressaram nos cursos de pós-graduação atualmente oferecidos.

Finalmente, a **Escola** atua de modo a apoiar integralmente o estudante, identificando suas necessidades, quer de ordem intelectual, quer de ordem financeira. Do ponto de vista financeiro, mantém programa de convênios com entidades e organizações da sociedade civil e com diversas instâncias do poder público, às quais proporciona descontos sobre o valor das mensalidades, concede ajuda financeira para participação de discentes em congressos e destina verba para situações emergenciais dos alunos. Pedagógica e didaticamente, organiza programas de acompanhamento, de apoio a iniciativas estudantis para consecução de eventos acadêmicos, além de dar continuamente atenção à formação pedagógica de seus docentes.

### 3.9.1 Programa de Acompanhamento de Egressos

Os egressos (ex-alunos) representam importante fonte de informações para a garantia da qualidade, atualidade e efetividade de seus cursos. Ademais, o Mec incorpora em suas orientações para a avaliação externa aspectos relacionados às formas de participação dos egressos na vida da Instituição. É assim que constitui orientação institucional a manutenção de mecanismos de acompanhamento de egressos.

O acompanhamento dos ex-alunos prevê a implementação de canais de relacionamento com esse público, facilitando a construção de cadastro permanentemente atualizado com informações sobre perfil, trajetória e atuação profissional, e suas avaliações sobre o curso realizado. Além disso, o relacionamento com o egresso permite conhecer suas expectativas em relação às ofertas da IES, como cursos de especialização ou de extensão acadêmica, eventos e palestras.

No caso específico da ESP, seus 86 anos de existência legaram um grande número de relações, consolidando um grupo composto por alunos, professores e funcionários, sendo os ex-alunos a maioria. Saber o que fazem esses ex-alunos em suas vidas profissionais é fundamental para o desenvolvimento das atividades da Instituição, pois são professores, pesquisadores, empresários, dirigentes, proprietários ou trabalhadores com potencial para oferecer vagas de estágios ou de trabalho para nossos alunos e recém-formados. Também podem contribuir para divulgar a **Escola**, seus cursos e suas atividades seus cursos e suas atividades.

Todas essas razões apareceram no processo de planejamento empreendido pela **Escola** para a elaboração do PDI 2021-2025, conduzindo à definição de duas frentes de trabalho: a) Ampliar o conhecimento sobre o potencial dos egressos da Escola no mercado de trabalho; e b) Reforçar a comunicação e divulgação da imagem da Instituição com ênfase no profissional que forma.

É nesse sentido que este projeto de Relacionamento com Egressos, a seguir detalhado, foi concebido, algumas ações foram iniciadas, mas o escopo geral permanece na agenda atual.





## Objetivo geral

Estabelecer uma política de acompanhamento e relacionamento junto aos egressos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

## Objetivos específicos

- Constituir um cadastro permanentemente atualizado de egressos;
- Conhecer a trajetória e a atuação profissionais dos egressos com vistas a avaliar os cursos oferecidos pela Escola e sua contribuição para a empregabilidade e desempenho profissional do ex-aluno e do aluno;
- Conhecer empresas, instituições e áreas de atuação dos egressos, identificando potenciais parceiros para projetos, contrato de alunos como estagiários e contrato de ex-alunos.
- Promover o aprimoramento contínuo, reforçando ou reformulando os cursos de graduação e pós-graduação com base no conhecimento das dificuldades e sucessos vividos pelos ex-alunos em suas vidas profissionais, bem como nas avaliações das empresas que contam com seus serviços.
- Conhecer o perfil dos ex-alunos de forma a possibilitar a oferta de cursos de pós-graduação, de extensão acadêmica e convites para eventos e palestras, conforme afinidades temáticas específicas.
- Estabelecer relacionamento com o público de ex-alunos, aproximando-os das atividades e eventos da instituição, tanto para participarem quanto para contribuírem na divulgação de cursos, eventos e projetos, além de ampliar nossa inserção no mercado.

## Atividades e produtos, por objetivos

### i. Cadastro de ex-alunos

Trata-se de promover pesquisa de livre adesão com base em dados das redes sociais, cujos resultados são tabulados e analisados, propiciando atividades com grupos de respondentes com o objetivo de aprofundar questões e mapear expectativas. O Cadastro inclui semestralmente nomes e dados dos formandos e define sistemática de acompanhamento de mudanças nos dados dos já cadastrados.

### ii. Base de Dados sobre trajetória e atuação profissional dos egressos





Organizar as informações sobre trajetória e atuação profissional do Cadastro de ex-alunos, definindo subgrupos por categorias como: área de atuação; tipo de empresa/instituição (porte, pública, privada, ....); cargo/função e remuneração.

Realizar pesquisa em amostra de empregadores de ex-alunos da Escola com vistas a aprofundar o conhecimento sobre as características da formação que nossos cursos propiciam aos alunos.

Promover análises de dados a serem sistematizadas em relatórios para utilização dos responsáveis pelos cursos, no sentido de aprimorá-los, incorporando a realidade dos alunos egressos. As informações também deverão ser consideradas pela área de Comunicação, para direcionar as campanhas publicitárias enfatizando as oportunidades que os cursos da Escola geram para seus alunos no mercado de trabalho. As informações dos relatórios também facilitarão a identificação do público-alvo para as campanhas, na medida em deixarão mais claro quem são os possíveis interessados em nossas ofertas de formação.

Considerando que é compromisso da **Escola** proporcionar uma formação que permita ao egresso a inserção no mundo do trabalho, realizar revisões periódicas de currículos e programas, com base nas informações fornecidas pelos ex-alunos, assim como utilizar esses dados para subsidiar projetos de novos cursos e aprimoramento dos existentes.

Elaborar documento de referência sobre o mercado de trabalho para os egressos.

### iii. Política de relacionamento com os egressos

Com base nas informações do Cadastro atualizado de Ex-alunos, oferecer atividades de formação continuada na pós-graduação, extensão e segunda graduação. Essas ofertas podem estar articuladas a formas de incentivo como descontos, entre outras.

Ainda com base nas informações do Cadastro de ex-alunos, organizar palestras, encontros de ex-alunos, banco de talentos, divulgação de oportunidades de trabalho e de trabalhadores, possibilidade do uso da infraestrutura da **Escola** como biblioteca, entre outras ofertas.

- Trabalhar para manter o vínculo do ex-aluno com a ESP utilizando formas de comunicação direcionadas de acordo com as características e interesses dos ex-alunos, ao invés de convites impessoais, enviados para ampla lista de destinatários.
- Identificar e privilegiar formas que permitam ouvir constantemente o egresso. Registrar as informações.
- Acompanhar, apoiar e orientar os alunos formandos no campo profissional.





## Elaborar escopo e material para que os ex-alunos divulguem a ESP e a imagem institucional

- A partir da definição da imagem e marca da **Escola**, elaborar estratégias para incorporar os ex-alunos na divulgação e reforço dessa imagem e marca.
- Elaborar material constantemente atualizado sobre os profissionais egressos da Instituição que se destacam ou que atuam em áreas diversificadas no mercado, com vistas a enfatizar ao público em geral, a diferenciação ou especificidades da **Escola**. A comunicação clara da imagem da Escola deverá atrair alunos e incentivar contratações de seus alunos.
- Incorporar os ex-alunos no Plano de Comunicação ESP.

### 3.10 Política de Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social

O Projeto Pedagógico tem como pressuposto absoluto a crença na possibilidade de, por meio do processo escolar/educacional, promover e aperfeiçoar a formação humana. É assim que a proposta educacional da **Escola** articula a educação formal com princípios éticos orientados para o desenvolvimento humano e social, tanto de sua própria comunidade quanto de seu entorno.

No interior da comunidade, regras de conduta e de convivência têm facilitado a promoção de um clima favorável às atividades de ensino e aprendizagem, além de conduzirem à transmissão de valores ao longo dos anos, geração a geração, permitindo a consolidação de um modo de ver e estar no mundo muito próprio, que impele estudantes, docentes e corpo funcional a agirem, manifestarem-se e intervirem na realidade que os cerca.

Em especial as atividades de extensão, apresentadas no item 3.6. deste PDI, configuram-se como a concretização da prática de responsabilidade social da Sociologia e Política.





## **4. PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

### **Concepções e práticas de planejamento**

O processo de planejamento inicia o ciclo de planejamento de uma instituição, projeto ou ideia, que evolui para a execução do que foi planejado. Executado ou implantado o plano, tem início a avaliação que nada mais é do que a análise dos resultados, constituindo-se no momento mais importante do chamado ciclo do planejamento, que identifica os sucessos e insucessos, permitindo que se inicie o replanejamento e a nova execução, num processo contínuo de aprimoramento.

A avaliação institucional parte dessa concepção de planejamento e de que este é um trabalho conjunto, sistematizado e democraticamente discutido entre seus componentes, desde sua proposição até a definição de prioridades relativas à implantação de seus resultados. Tal concepção permite a correção de rumo ou a reformulação de procedimentos, de modo a garantir maior efetividade dos trabalhos avaliativos e, assim, contribuir com o aprimoramento da qualidade da educação superior.





## 5. CORPO DOCENTE

### Titulação e Experiência no Magistério Superior e Profissional Não Acadêmica

A **Escola** conta com um corpo docente compatível com as suas atividades de ensino e sua composição atende os critérios estabelecidos no art. 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além de ter todos os professores com titulação mínima de especialista, mais de 84% do corpo docente é constituído por professores com pós-graduação *Stricto Sensu*, ou seja, mestres e doutores. Os critérios para a seleção de professores consideram sua experiência profissional na área de atuação e formação, bem como, a capacidade de agregar valores à instituição, resultando em um grupo qualificado, conforme demonstra a Tabela a seguir.

Distribuição dos docentes por titulação e curso

Titulação docente	Número de docentes			Total
	SocioPol	Biblio	ADM	
Bacharel	-	-	-	-
Especialista	-	4	-	4
Mestrando	-	-	-	0
Mestre	-	2	2	4
Doutorando	1	1	2	4
Doutor	14	3	3	19
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>32</b>

Fonte: RH FESPSP, Abril de 2021.

A documentação comprobatória da titulação dos docentes fica disponível nas pastas individuais em arquivo digital.

A admissão de docentes e plano de carreira segue as determinações estabelecidas no Regimento Geral da Fundação, sendo a contratação efetivada de acordo com as disposições da legislação trabalhista vigente para o setor.

A Instituição possui um quadro de docentes que se distribuem quanto ao regime como: Professores em Regime Horista, Professores em Regime de Tempo Parcial e Professores em Regime de Tempo Integral. Esse último se caracteriza por professores com, no mínimo (40 horas semanais), com pelo menos 50% em atividades que não sejam de ensino, o segundo é para docentes com no mínimo 12 horas semanais, sendo pelo menos 25% do tempo em atividades que não sejam ensino.

Distribuição dos docentes por regime (TI / TP) e curso

Regime	Número de docentes			Total
	SocioPol	Biblio	ADM	
Horista	8	7	5	20
Tempo parcial	1	2	1	4
Tempo integral	6	1	1	8





# SOCIOLOGIA E POLÍTICA

ESCOLA DE  
HUMANIDADES

---

<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>32</b>
--------------	-----------	-----------	----------	-----------

---

Os(as) professores(ras), além do trabalho em sala de aula, desempenham importante papel na dinâmica de debates, eventos e palestras que enriquecem e dinamizam o cotidiano da instituição. Também participam de projetos realizados para o poder público e/ou a iniciativa privada, da orientação de estudantes da graduação e de pós-graduação em atividades de iniciação científica, estágio e produção de trabalhos de conclusão.

A substituição eventual de professores do quadro, por demissão ou licença, tem início na Coordenação de Curso. É norma verificar possibilidade de aproveitamento dos profissionais do quadro vigente, considerando a formação acadêmica, carga horária na Instituição, experiência acadêmica e profissional. Esgotadas as possibilidades no âmbito interno abre-se a seleção, para profissionais externos.



11 3123-7800  
0800 7777 800



secretaria@fespsp.org.br  
www.fespsp.org.br



Rua General Jardim, 522  
Vila Buarque - São Paulo - SP  
CEP 01223-010



## 6. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

### 6.1 Sustentabilidade Financeira – Relação com o Desenvolvimento

#### Institucional

Neste item, o processo de transição em curso, que resultará na incorporação das atuais FABCI e FAD à ESP, não é considerado, mantendo-se a atual estrutura de 3 faculdades mantidas, para apresentar os dados financeiros de acordo com a realidade institucional vigente.

Como já foi apontado, a FESPSP é uma fundação de direito privado sem fins lucrativos. Suas fontes de receita advêm das semestralidades pagas pelo corpo discente da graduação, dos cursos de extensão, de rendas e aplicações financeiras e, no caso de esses recursos não serem suficientes para suprir as necessidades, de dotações da mantenedora.

### 6.2 Alocação de recursos

#### Ensino

Em 2020, foi definido um orçamento de R\$ 12.698.212,14 para as despesas com o ensino, tendo sido realizado um total de R\$ 12.061.507,79, ou seja, 5% de variação. Isso mostra que a política orçamentária condiz com a realidade.

A **Escola** oferece bolsas de até 20% nas mensalidades por meio de vários convênios firmados com outras instituições. Atualmente, tem 37 convênios firmados com várias entidades, participa do Programa Federal de Financiamento Estudantil (Fies), que oferece financiamento de até 100% da mensalidade do aluno até o final do seu curso, e do programa estadual Bolsa Escola da Família, que concede bolsa de 100%, com contrapartida da(o) estudante de trabalho, nos fins de semana, em escolas públicas, estaduais e municipais, como orientadores e coordenadores de atividades educacionais, musicais e esportivas, entre outras.

#### Pesquisa

A **Escola** adota uma política de concessão de bolsas para alunos aprovados no Programa de Iniciação Científica (PIBIC). O último valor praticado foi de R\$ 400,00 mensais, por bolsa. Os estudantes bolsistas são orientados nas suas pesquisas por professores, que recebem remuneração pela orientação realizada.

O Programa de Incentivo à Pesquisa Docente (PIPED) concede bolsas de pesquisa e auxílio financeiro para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa dos professores. Existe também auxílio para participação em eventos acadêmicos, valor computado no orçamento de apoio ao corpo técnico administrativo, discriminado adiante.





## Atividades Culturais

Há desembolsos para atividades culturais como oficinas, literatura espalhada, exposições do acervo e outras de interesse para a comunidade.

## 6.3 Compatibilidade entre cursos oferecidos e verbas e recursos disponíveis

Ao final de cada ano, é feita a análise das áreas administrativas e educacionais para o planejamento do ano subsequente. Dessa forma, pode haver variação na participação de cada área no dispêndio de verbas e recursos, dependendo das necessidades de cada unidade.

Em 2020, a divisão de despesas foi realizada da seguinte forma:

Unidade	Realizado
ESP	41,43%
FaBCI	18,46%
FAD	7,15%
EPG	32,96%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

São utilizados critérios como número de alunos e professores, entre outros.

A Tabela a seguir apresentada mostra o total recebido e gasto por unidade em 2020.

### Distribuição de recursos e resultados nas unidades mantidas, 2020, em R\$ mil.

Unidade	Recebimento	Desembolso	Resultado
ESP	1.374	4.025	(2.651)
FaBCI	429	2.054	(1.626)
FAD	255	930	(675)
EPG	1.617	2.540	(923)
MBA	4.562	2.511	2.051
<b>Total</b>	<b>8.237</b>	<b>12.062</b>	<b>(3.825)</b>

No ano de 2020, pelo regime de caixa, a área de ensino apresentou um déficit de R\$ 3,8 milhões, o qual foi suportado pela Fundação por meio de recursos oriundos da área de projetos. O déficit de caixa das unidades de ensino ficou dentro dos limites esperados e do orçamento original.





## 6.4 Cumprimento de obrigações trabalhistas

Todas as obrigações — encargos sociais, impostos e os salários dos corpos docente e técnico-administrativo — são pagas em dia. Isso pode ser comprovado por certidões emitidas pelos órgãos competentes, como a Receita Federal, o INSS e o FGTS. Mesmo ante a excepcionalidade por conta da pandemia, a instituição não adotou políticas de demissões ou redução de salários em respeito ao momento e entendendo as dificuldades decorrentes.

## 6.5 Alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais

O cuidado com o espaço físico e a atualização e adequação das instalações no atendimento das demandas das unidades de ensino é constante. Os investimentos em melhorias por setor no último ano foram os seguintes:

**Biblioteca:** Aquisição de livros, manutenção da biblioteca histórica e atualização de computadores para uso dos estudantes, para pesquisa e acesso ao acervo no valor de R\$ 12 mil.

**Informática:** Atualização dos computadores, na infraestrutura de T.I e laboratório de informática no valor de R\$ 9 mil.

**Salas de aula:** Os investimentos em salas de aula foram adiados em virtude da pandemia e, em substituição, as aulas remotas receberam recursos para treinamento e capacitação no valor de R\$ 11 mil.

**Equipamentos e infraestrutura para o corpo técnico-administrativo:** Foram realizados desembolsos em móveis e equipamentos de informática, totalizando R\$ 23 mil, que incluem o reforço à estrutura para que o corpo técnico administrativo pudesse dar sequência ao trabalho home-office.

**Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo:** Para o ano de 2020 foi orçado um total de R\$ 30 mil de auxílio para docentes e corpo técnico-administrativo. Esse valor compreende a auxílio para a participação de docentes e discentes em eventos acadêmicos e auxílio-estudo para técnicos administrativos, suspenso no último ano e meio em razão da pandemia.





## Demonstrativo de Sustentabilidade Financeira

Demonstrativo Financeiro	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Receitas</b>					
Anuidade/Mensalidade(+)	11.260.974,18	11.824.022,89	12.415.224,03	13.035.985,24	13.687.784,50
Bolsas(-)	(3.306.297,41)	(3.471.612,28)	(3.645.192,89)	(3.827.452,54)	(4.018.825,17)
Diversos (+)	5.850.467,18	6.184.990,54	6.509.240,07	6.838.702,07	7.173.637,17
Financiamento(+)	-	-	-	-	-
Inadimplência(-)	(600.738,00)	(630.774,90)	(662.313,65)	(695.429,33)	(730.200,79)
Serviços(+)	-	-	-	-	-
Taxas(+)	48.000,00	50.400,00	52.920,00	55.566,00	58.344,30
<b>Despesas</b>					
Acervo Bibliográfico(-)	(3.883,20)	(4.077,36)	(4.281,23)	(4.495,29)	(4.720,05)
Aluguel(-)	-	-	-	-	-
Despesas Administrativas(-)	(4.899.113,01)	(5.144.068,66)	(5.401.272,09)	(5.671.335,70)	(5.954.902,48)
Encargos(-)	(1.659.717,84)	(1.742.703,73)	(1.829.838,92)	(1.921.330,86)	(2.017.397,41)
Equipamentos(-)	(55.633,98)	(100.415,68)	(112.936,46)	(122.583,29)	(121.712,45)
Eventos(-)	(59.500,80)	(62.475,84)	(65.599,63)	(68.879,61)	(72.323,59)
Investimento (compra de Imóvel)(-)	-	-	-	-	-
Manutenção(-)	(444.701,15)	(466.936,21)	(490.283,02)	(514.797,17)	(540.537,03)
Mobiliário(-)	(19.601,57)	(20.581,65)	(29.110,73)	(30.566,27)	(32.094,58)
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	(1.774.816,93)	(1.863.557,78)	(1.956.735,67)	(2.054.572,45)	(2.157.301,07)
Pagamento Professores(-)	(4.311.437,47)	(4.527.009,34)	(4.753.359,81)	(4.991.027,80)	(5.240.579,19)
Pesquisa e Extensão(-)	(24.000,00)	(25.200,00)	(26.460,00)	(27.783,00)	(29.172,15)
Treinamento(-)	-	-	-	-	-

### 6.6 Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional

O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados.

### 6.7 Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna

O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (estas, capacitadas para a gestão de recursos), orientando a tomada de decisões internas.

O planejamento orçamentário é realizado a partir de uma premissa, que considera as projeções das receitas oriundas das mensalidades escolares, das aplicações financeiras e de recursos de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais e privados. Nas despesas são analisadas as necessidades de cada área, quais serão os investimentos empregados para a manutenção e desenvolvimento dos projetos educacionais, com o objetivo de uso consciente dos recursos financeiros, possibilitando melhor tomada de decisão realizada pelos gestores da instituição.

As receitas e as despesas são acompanhadas e analisadas de perto mês a mês através do seu fluxo de caixa, realizado e projetado dando a instituição informações de quando e como serão empregados os seus recursos, possibilitando revisões orçamentárias quando





necessárias, sendo uma grande fonte de estudos para projeções de períodos financeiros futuros.

Desta forma, a Instituição assegura a viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho e com ações associadas à correção do plano.





## 7. INFRAESTRUTURA FÍSICA

A **Escola** dispõe de três imóveis: um prédio com 12 pavimentos (ver a seguir) e o edifício conhecido como Casarão, situados à rua General Jardim, Vila Buarque, na cidade de São Paulo, e uma casa localizada na rua Heitor de Morais, 299, no Pacaembu, também em São Paulo (SP).

As atividades educacionais presenciais acontecem no prédio, inaugurado em 2011, e no Casarão, que conta com algumas salas de aula. O Casarão, além das salas de aula, abriga parte das atividades da Diretoria Executiva, algumas unidades acadêmicas (coordenação dos cursos de extensão), setores administrativos (Comunicação, Administração e Compras) e um espaço para exposições e atividades culturais. No térreo, funciona uma cantina.

O Programa Sociologia e Política do Futuro incorpora uma nova utilização para o Casarão, que abrigará um Espaço Cultural, após sofrer intervenções de reparos e restauração, visto ser imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico.

O prédio tem a seguinte ocupação funcional:

- Subsolo: 24 vagas de estacionamento; casa de bombas do reservatório inferior; centro de medição de energia elétrica; e duas áreas para depósito de materiais de manutenção e limpeza.
- Térreo: hall de entrada, Secretaria Acadêmica, espaço para os Centros Acadêmicos (sala de 22,13 m<sup>2</sup>), cantina e espaço de convivência para os alunos.
- Primeiro andar (mezanino): sala de professores, salas de coordenadores de cursos e sala do diretor acadêmico.
- Segundo andar: biblioteca com capacidade para 36 pessoas sentadas (202,60 m<sup>2</sup>); sala da bibliotecária (14,08 m<sup>2</sup>); sala de processamento técnico (11,44 m<sup>2</sup>); e três salas de estudo fechadas, com ar-condicionado, sendo duas com capacidade para cinco pessoas (8,99 m<sup>2</sup> e 8,38 m<sup>2</sup>) e uma com capacidade para quatro pessoas (7,92 m<sup>2</sup>).
- Terceiro e quinto andares: quatro salas de aula, sendo duas com 56 lugares, uma com 50 lugares e outra com 63 lugares.
- Quarto e sexto andares: três salas de aula (duas com 56 lugares, outra com 63 lugares) e três salas de tutoria (com 11,56 m<sup>2</sup>, 14,14 m<sup>2</sup> e 16,20m<sup>2</sup>, respectivamente).
- Sétimo andar: anfiteatro com 160 lugares (161,32 m<sup>2</sup>) e uma sala de aula com 50 lugares.
- Oitavo andar: cinco salas de aula, uma com 50 lugares e quatro com 43 lugares cada.





- Nono andar: Laboratório de Informática, com 40 lugares (88,65 m<sup>2</sup>); uma sala de aula para 75 alunos (83,47m<sup>2</sup>); três salas com divisórias baixas para tutoria (15,84 m<sup>2</sup> no total); e setor de Tecnologia da Informação (20 m<sup>2</sup>).
- Cobertura: sala de manutenção (40 m<sup>2</sup>); casa de máquinas do elevador; sala de barrilete de registro de reservatório superior; sala refeitório para funcionários (12,25 m<sup>2</sup>); dois vestiários (8,75 m<sup>2</sup> cada um); Biblioteca Histórica e o Centro de Documentação (106,66m<sup>2</sup>).

Todas as salas de aula contam com computador, projetor tipo *datashow* e tela para projeção.

Todos os andares, do primeiro ao oitavo, têm: depósito para material de limpeza (1,21 m<sup>2</sup>); banheiro para portadores de necessidades especiais (3,72 m<sup>2</sup>), banheiro masculino (15,56 m<sup>2</sup>) e banheiro feminino (15,23 m<sup>2</sup>).

O prédio foi planejado e construído de acordo com as orientações para a promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado para portadores de necessidades especiais, com piso tátil, de demarcação de caminhos, além de corrimãos e banheiros específicos.

Além desses imóveis próprios, a FESPSP aluga o conjunto comercial de número 63 localizado ao lado da escola, à rua General Jardim, 482, onde estão as salas de diretores, salas de reuniões e serviços administrativos (Recursos Humanos, Tesouraria e Contabilidade).

## 7.1 Biblioteca

A Biblioteca da **Escola** possui um diversificado acervo com as seguintes quantidades: livros, 21.564 títulos, 26.384 exemplares; periódicos, 19 assinaturas; jornais, três assinaturas; e obras em DVD, 832 títulos, 868 exemplares.

Quanto ao horário de funcionamento, a Biblioteca está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 7:30h às 22:00h, e aos sábados, das 9:00h às 14:00h.

A Biblioteca conta com o seguinte quadro de pessoal técnico administrativo: uma bibliotecária coordenadora; uma assistente; dois auxiliares; três estagiários; e um jovem aprendiz.

Os serviços oferecidos à comunidade acadêmica da **Escola** e aos usuários da Biblioteca em geral estão organizados em regulamento próprio:

- consulta local ou online;
- empréstimos, devoluções e renovações;
- sistema de auto empréstimos;
- empréstimos entre bibliotecas;
- pesquisas orientadas para acesso ao catálogo e localização de materiais no acervo;





- levantamento bibliográfico;
- textos digitalizados para alunos com baixa visão;
- ficha catalográfica;
- manual para elaboração de trabalhos acadêmicos;
- acesso livre à internet;
- visitas monitoradas.

Além desses serviços, figuram entre as atividades da equipe da Biblioteca:

- aquisição de novos títulos;
- classificação, catalogação e indexação de materiais;
- orientações para normalização de trabalhos acadêmicos;
- digitalização de textos;
- atendimento, divulgação de eventos e relacionamento nas redes sociais.

A Biblioteca conta com os seguintes equipamentos para o desenvolvimento de seu trabalho: quatro computadores em salas de processamento técnico; três em balcão de atendimento ao usuário; dois para consulta pelo usuário ao catálogo online; seis máquinas disponíveis para acesso à internet e pacote Office; uma para o sistema de auto empréstimo; quatro leitoras de código de barras; um leitor de livro digital; uma impressora; e um scanner.

Quanto à atualização e à expansão do acervo da Biblioteca, a seleção qualitativa de títulos é de responsabilidade do corpo docente e de coordenadores de cursos, que apresentam semestralmente suas demandas constantes nos planos de ensino, para que sejam efetuadas as aquisições dos exemplares. A quantidade de exemplares por título segue o padrão um para cada dez alunos, para títulos da bibliografia básica das disciplinas.

Como atividade de rotina, são observados os critérios de adequação de material educacional da instituição, edição, qualidade técnica e condições físicas da obra. O plano de atualização do acervo prevê a viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores.

A Biblioteca Histórica é também essencial para as áreas acadêmicas e de pesquisadores. A constituição do acervo, bem como seu crescimento se dá de acordo com a movimentação de exemplares da biblioteca central. Atualmente, a biblioteca é depositária de coleções especiais e raras nas áreas da biblioteconomia e ciências sociais, com um acervo com 29.669 títulos e 34.549 exemplares. Toda a comunidade acadêmica usufrui desse acervo da biblioteca histórica, sendo o acesso aos materiais possível mediante solicitação por mensagem eletrônica (e-mail) ou diretamente no balcão da Biblioteca.





O Centro de Documentação (CEDOC) reúne uma massa documental acumulada ao longo dos 83 anos de existência da Fundação. O acervo ocupa 271 metros lineares de documentos referentes aos setores administrativo, acadêmico, contábil e histórico da instituição. A solicitação de consulta aos documentos é realizada mediante mensagem eletrônica encaminhada para o CEDOC.

## 7.2 Sala de Apoio de Informática

O Departamento de Informática da **Escola** atua na administração e suporte de toda a infraestrutura da instituição, buscando novas soluções para a constante melhoria dos serviços. Dentre as principais atividades, pode-se destacar: instalação e manutenção de servidores e estações de trabalho, com todo o parque tecnológico atualizado e licenciado; instalação e atualização de sistemas; suporte técnico a funcionários e funcionárias, estudantes e docentes; instalação de equipamentos audiovisuais; e apoio na utilização de recursos tecnológicos, tais como rede *wireless*, ambiente virtual de aprendizagem e equipamentos em sala de aula.

O Laboratório de Informática e o espaço para pesquisas localizado na Biblioteca são destinados ao uso de estudantes, docentes, funcionários, funcionárias e membros da comunidade interna, como apoio em aulas, trabalhos e pesquisas, e são adaptados para atender a usuários e usuárias portadores de necessidades especiais, mantendo estrutura e softwares adequados à sua utilização. É possível utilizar a internet, ter acesso ao catálogo da Biblioteca, utilizar softwares para elaboração de trabalhos e pesquisas acadêmicas e praticar e/ou conhecer novas funcionalidades dos sistemas vistos em aula. O uso do Laboratório de Informática em aulas é prioritário, sendo necessária sua reserva pelo docente ou responsável pelo evento.

O acesso à internet é realizado por meio de três links por banda larga distintos, trazendo confiabilidade e velocidade, devido à redundância de links e à distribuição de serviços entre os links existentes. A utilização da internet é voltada especificamente para o uso acadêmico, sendo monitorada por meio de um servidor de acesso que exige senha e por meio do qual se garante a melhor utilização do recurso. São monitorados o tempo de utilização, o tráfego gerado e o conteúdo acessado.

Em todas as salas de aula, são disponibilizados equipamentos audiovisuais fixos (projektor, tela, caixa de som e computador) e espaço em servidor, para que os trabalhos desenvolvidos durante as aulas sejam gravados em rede, tornando-se acessíveis a partir de qualquer computador da instituição, por intermédio da senha específica da aula.

Além dos recursos disponibilizados fisicamente na instituição, a **Escola** também possibilita a comunicação via internet, através de seu site institucional: [www.fespsp.org.br](http://www.fespsp.org.br). Este site permite consultar acervo, realizar solicitações à Secretaria Acadêmica, emitir documentos acadêmicos, consultar notas e faltas em tempo real, manter contato com os departamentos e a Ouvidoria e obter atualização sobre o que acontece na Fundação.





Os equipamentos disponibilizados para uso de estudantes são discriminados a seguir.

- Na Biblioteca: um computador Dell Optiflex 320, com processador Intel Celeron de 3,05 gigahertz, memória de 2 GB e HD de 80 GB; oito computadores Dell Optiflex 360, com processador Intel Celeron de 2,5 gigahertz, memória de 2 GB e HD de 250 GB.
- No Centro Acadêmico: dois computadores Dell Optiflex GX 60, com processador Celeron e memória de 2 GB; um computador Dell Optiflex 170L, com processador Celeron e memória de 2 GB.
- No Laboratório de Informática: 31 computadores Dell Optiflex 9020, com processador Intel Core 15, memória de 4 GB e HD de 500 GB, sistema operacional Windows 7 Professional e pacote Microsoft Office 2010 Standard.

Além desses equipamentos, o Departamento de Tecnologia de Informação gerencia os equipamentos para funcionários e Diretoria e a estrutura de servidores para virtualização, armazenamento de bancos de dados e sistemas (acadêmicos, da Biblioteca, financeiro e de recursos humanos, entre outros).

## 7.3 Acervo Acadêmico em Meio Digital

A guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica fica sob a responsabilidade da Secretaria Geral, ocorrendo por meio físico e digital, sendo disponibilizada a qualquer tempo para a CPA e avaliações in loco do INEP/MEC, quando da autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos e credenciamento institucional. Cabe ressaltar que a Instituição, atendendo ao Decreto nº 9.235/2017, já possui o acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais.

A Instituição possui uma Política de Guarda e Manutenção do Acervo Acadêmico que prevê sua digitalização em conformidade com as diretrizes da Portaria 315/ 2018, alterada pela Portaria MEC nº 332/2020, assegurando a guarda, manutenção e manipulação nos termos do Art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, Código e Tabela aprovados pela Portaria NA/MJ nº 92, de 2011, de modo que a conversão e preservação dos documentos obedeça aos seguintes critérios:

- a) os métodos de digitalização devem garantir a confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de todas as informações dos processos e documentos originais; e
- b) a Instituição deverá constituir comitê gestor para elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo





**SOCIOLOGIA  
E POLÍTICA**

ESCOLA DE  
HUMANIDADES

---

acadêmico, conforme definido nesta Portaria, no Marco Legal da Educação Superior e, de maneira subsidiária, em suas normas institucionais.



11 3123-7800  
0800 7777 800



secretaria@fespsp.org.br  
www.fespsp.org.br



Rua General Jardim, 522  
Vila Buarque - São Paulo - SP  
CEP 01223-010